



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

CADERNO ODS

Departamento de Economia e Estatística

ODS 4

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



**Educação de qualidade e promoção de
aprendizagem ao longo da vida:
ODS 4 no Rio Grande do Sul**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Diretor Adjunto: Rodrigo Daniel Feix

Divisão de Análise de Políticas Sociais: Tomás Pinheiro Fiori

Educação de qualidade e promoção de aprendizagem ao longo da vida: ODS 4 no Rio Grande do Sul

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (DEE-SPGG)

Equipe técnica: Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior
Lívio Luiz Soares de Oliveira

Porto Alegre
Setembro de 2023

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/cadernos-ods>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 10.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Diretor Adjunto: Rodrigo Daniel Feix

Chefe da Divisão de Análise de Políticas Sociais: Tomás Pinheiro Fiori

Revisão Técnica: Mariana Lisboa Pessoa e Tomás Pinheiro Fiori (SPGG/DEE) e Secretaria da Educação do RS.

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

O48e

Oliveira Júnior, Ricardo César Gadelha de.

Educação de qualidade e promoção de aprendizagem ao longo da vida : ODS 4 no Rio Grande do Sul / Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior, Livio Luiz Soares de Oliveira. - Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2023.

54 p. : il.

(Cadernos ODS).

1. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). 2. Educação de qualidade – Rio Grande do Sul. I. Oliveira, Livio Luiz Soares de. II. Título. III. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 37:330.34

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer - CRB 10/2016

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
APRESENTAÇÃO	6
META 4.1 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS COMPLETEM O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO GRATUITO, EQUITATIVO E DE QUALIDADE, QUE CONDUZA A RESULTADOS DE APRENDIZAGEM RELEVANTES E EFICAZES	8
META 4.2 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS TENHAM ACESSO A UM DESENVOLVIMENTO DE QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA, CUIDADOS E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DE MODO QUE ELES ESTEJAM PRONTOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO	15
META 4.3 - ATÉ 2030, ASSEGURAR A IGUALDADE DE ACESSO PARA TODOS OS HOMENS E MULHERES À EDUCAÇÃO TÉCNICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR DE QUALIDADE, A PREÇOS ACESSÍVEIS, INCLUINDO UNIVERSIDADE	18
META 4.4 - ATÉ 2030, AUMENTAR SUBSTANCIALMENTE O NÚMERO DE JOVENS E ADULTOS QUE TENHAM HABILIDADES RELEVANTES, INCLUSIVE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E PROFISSIONAIS, PARA EMPREGO, TRABALHO DECENTE E EMPREENDEDORISMO	24
META 4.5 - ATÉ 2030, ELIMINAR AS DISPARIDADES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO E GARANTIR A IGUALDADE DE ACESSO A TODOS OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS MAIS VULNERÁVEIS, INCLUINDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POVOS INDÍGENAS E AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	28
META 4.6 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS JOVENS E UMA SUBSTANCIAL PROPORÇÃO DOS ADULTOS, HOMENS E MULHERES ESTEJAM ALFABETIZADOS E TENHAM ADQUIRIDO O CONHECIMENTO BÁSICO DE MATEMÁTICA	35
META 4.7 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS ALUNOS ADQUIRAM CONHECIMENTOS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUSIVE, ENTRE OUTROS, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ESTILOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS, DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO, PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA, CIDADANIA GLOBAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	41
META 4.A - CONSTRUIR E MELHORAR INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA EDUCAÇÃO, APROPRIADAS PARA CRIANÇAS E SENSÍVEIS ÀS DEFICIÊNCIAS E AO GÊNERO, E QUE PROPORCIONEM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM SEGUROS E NÃO VIOLENTOS, INCLUSIVOS E EFICAZES PARA TODOS	42
META 4.B - ATÉ 2020, SUBSTANCIALMENTE AMPLIAR GLOBALMENTE O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, EM PARTICULAR OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS, PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO E OS PAÍSES AFRICANOS, PARA O ENSINO SUPERIOR, INCLUINDO PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, TÉCNICOS, DE ENGENHARIA E PROGRAMAS CIENTÍFICOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E OUTROS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	47
META 4.C - ATÉ 2030, SUBSTANCIALMENTE AUMENTAR O CONTINGENTE DE PROFESSORES QUALIFICADOS, INCLUSIVE POR MEIO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, ESPECIALMENTE OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este texto tem o objetivo de avaliar como estão as condições do Estado do Rio Grande do Sul na busca do cumprimento das metas estabelecidas para a educação pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para tanto, são analisados a educação infantil, os ensinos fundamental e médio, a educação técnica, profissional e superior, as habilidades técnicas e profissionais, a igualdade de gênero e a inclusão de pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade, a situação de jovens e adultos acerca de alfabetização e conhecimento básico de matemática, a promoção do desenvolvimento sustentável, de direitos humanos e cidadania, e as condições das instalações físicas, ambientes seguros e a qualificação dos professores.

Na educação infantil, o número absoluto de matrículas voltou a crescer em 2022, depois de dois anos seguidos de decréscimo. A maior parte das matrículas nesse nível de ensino, no RS, concentrou-se nas escolas municipais, mas o ano de 2022 marcou uma mudança da tendência de participação das matrículas nas redes públicas e consequente diminuição da rede privada, tendo a parcela dessa última rede aumentado no último ano. Os dados do Censo Escolar referentes à presença de equipamentos de infraestrutura e materiais pedagógicos direcionados à educação infantil que poderiam melhorar a qualidade da educação, como parques, brinquedos e jogos infantis, mostram que estes estão menos presentes nas escolas estaduais que nas municipais e privadas no RS.

Quando se comparam os dados referentes ao nível de instrução de homens e mulheres, com 14 anos ou mais, no Brasil, na Região Sul e em seus estados, os percentuais de pessoas de ambos os sexos no RS sem instrução estão abaixo dos números das outras unidades territoriais aqui comparadas, e as taxas de analfabetismo no RS são menores que as do Brasil e as do Paraná, mas são maiores que as de Santa Catarina. As desigualdades nas taxas de analfabetismo, de escolarização e nas médias de anos de estudo são maiores quando se olha para as diferenças de raça/cor em relação às de gênero. Para as pessoas com 15 anos ou mais, no RS, 2,4% dos homens e 2,6% das mulheres são analfabetos, enquanto 2% dos brancos e 4,2% dos pretos ou pardos são analfabetos; enquanto, no RS, a média de anos de estudo de homens e mulheres com mais de 15 anos é de, respectivamente, 10,2 e 10,4, essa mesma média entre brancos e pretos ou pardos é mais desigual, 10,6 e 9,2 respectivamente. As taxas de escolarização entre homens e mulheres de até 24 anos, no RS, apresentam diferença de 3,5 p.p. a favor das mulheres, na faixa etária de 18 a 24 anos. Nos outros estratos, essas diferenças variam entre 0,3 e 0,6, sempre em favor das mulheres. No entanto, quando se consideram os grupos de diferentes raças ou cores no RS, essas diferenças são maiores que entre homens e mulheres, sempre a favor dos brancos, em detrimento de pretos e pardos: 4,4 p.p. de zero a três anos, 4 p.p. de 15 a 17 anos, e 9,2 p.p. de 18 a 24 anos.

De certa forma, o Rio Grande do Sul reproduz os resultados nacionais das avaliações e dos índices educacionais para os anos de 2021 e 2022. As taxas de abandono escolar aumentaram consideravelmente no Estado em 2021, tanto no ensino fundamental quanto no médio. Já as taxas de distorção idade-série continuaram o processo de diminuição desde 2015, embora ainda estejam bem altas nos anos finais do ensino fundamental (22,5%) e no ensino médio (26,7%). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do RS tem crescido em todos os níveis de ensino a cada nova edição do índice, chegando aos 6 e 5,2, respectivamente, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e 4,3 para o ensino médio.

As médias do Estado nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que cresceram entre 2015 e 2019, tiveram decréscimo na edição de 2021. De forma geral, essas médias do SAEB levaram à diminuição dos alunos classificados nos níveis mais baixos e ao aumento nos níveis intermediários e altos, entre 2015 e 2019, nas diferentes séries em tela. No entanto, esse cenário inverteu-se em 2021, com o aumento dos percentuais de alunos que atingiram os níveis mais baixos e consequente diminuição dos que atingiram os níveis mais altos. Há que se considerar que esses dados, relativos tanto à queda do número de matrículas, quanto ao aumento da taxa de abandono e à diminuição das médias do SAEB, podem estar relacionados com a pandemia de COVID-19.

No Rio Grande do Sul, o número de matrículas no ensino profissional, entre 2015 e 2021, apresentou declínio. As modalidades que alcançaram os maiores percentuais de matrícula foram a subsequente, a concomitante e, por último, a integrada. Em relação à raça, a maioria dos alunos no ensino profissional é da raça branca, o que está de acordo com o perfil racial do Estado. Por outro lado, enquanto a proporção de negros na composição racial do Rio

Grande do Sul era de 21% em 2019 (Augustin *et al.*, 2021), a de alunos negros no ensino profissional gaúcho era de apenas 5,95% no mesmo ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No caso do ensino superior gaúcho, houve uma tendência de queda no número de inscritos e de vagas no período. Quanto ao nível de instrução, a maioria da população gaúcha tem ainda o fundamental incompleto. O percentual de gaúchos com esse nível de escolaridade, entre 2015 e 2022, diminuiu de 40,4% para 34,3%. Uma informação promissora é a de que, no mesmo período, os percentuais de pessoas com ensino médio completo e com superior completo tiveram aumentos significativos de participação, no total da população, de 20,7% para 23,3%, e de 10,8% para 14,8% respectivamente. Isso corresponde a variações percentuais de 12,6% e de 37,0% respectivamente.

No quesito altas habilidades/superdotação, em 2015, o Rio Grande do Sul tinha uma taxa de matrículas de alunos, por 100.000 habitantes, maior do que as taxas do Brasil, do Paraná e de Santa Catarina. No entanto, em 2022, após sucessivas quedas, a taxa gaúcha tornou-se menor do que a dos outros dois estados da Região Sul, embora ainda superior à taxa do Brasil.

O indicador de escolas adaptadas diz respeito às instituições com infraestrutura adequada para garantir a acessibilidade dos alunos com deficiência. No RS, em 2021, os percentuais de escolas adaptadas, nos ensinos fundamental e médio, foram maiores que os do Brasil, porém inferiores aos dos demais estados da Região Sul. Enquanto as taxas variaram entre 77% e 79,7% no RS, a proporção de infraestrutura adaptada dos demais estados da Região Sul, estava em, no mínimo, 90%.

A comparação entre as taxas de desempenho das escolas rurais e urbanas, em 2022, mostrou aproximações entre os dois grupos, embora com algumas exceções: maiores taxas de reprovação no ensino médio das escolas rurais e maiores taxas de distorção idade-série nas escolas rurais nos ensinos fundamental e médio.

O RS apresenta percentual menor que o nacional e que os demais estados da Região Sul de professores de creches e pré-escolas com diploma de ensino superior. Quando se passa para os anos iniciais do ensino fundamental, o mesmo percentual no RS é maior que o nacional, embora continue menor que o dos outros estados da Região Sul. Nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, os percentuais do estado gaúcho continuam maiores que os do Brasil e ultrapassam os de Santa Catarina.

APRESENTAÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) foram propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, como uma agenda de desenvolvimento para os países signatários, com o intuito de erradicar a pobreza, a miséria e a fome, promover a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. Consiste em um conjunto abrangente de 17 objetivos e 169 metas que o Brasil, junto aos outros 192 Estados-membros da ONU, se comprometeu, em 2015, a atingir até 2030. Os ODSs devem servir de orientação para as políticas nacionais e regionais. Seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários outros.

Figura 1



Fonte: ONU (2015a).

Embora várias das metas estabelecidas não sejam competência dos governos locais, há muito que as gestões estaduais e municipais podem fazer para que elas sejam cumpridas ao final do prazo estabelecido. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) coordenou o desenvolvimento de uma série de indicadores para possibilitar o acompanhamento periódico das metas e submetas dos ODS nos níveis nacional e regional, adaptando-as à realidade brasileira e à disponibilidade de dados. Dessa forma, usam-se as metas e os indicadores adaptados pelo IPEA sempre que não for possível usar as metas e os indicadores globais elaborados pela ONU.

Nesse contexto, o Departamento de Economia e Estatística (DEE), da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Rio Grande do Sul criou a publicação Cadernos ODS, cujo objetivo é analisar os indicadores de acompanhamento anual — sempre que houver base de dados atualizada disponível — das metas dos ODSs, para o Rio Grande do Sul, em comparação com o Brasil em seu conjunto e com as demais unidades da Federação (UFs).

O **ODS 4 - Educação de Qualidade** consiste em “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. A ONU constitui metas para a consecução de cada um dos objetivos, e as descritos no Box 1 são os estabelecidos para a educação.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de Qualidade

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

Meta 4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

Meta 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Meta 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

Meta 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

Meta 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

Meta 4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

Meta 4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Fonte: ONU (2015b).

As metas estabelecidas para cada uma das áreas temáticas devem servir de orientação para as políticas públicas nacionais e regionais. Dessa forma, seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários aspectos sociais, ambientais, urbanos e da saúde.

Neste estudo, apresentam-se dados relativos à situação do ODS 4 no Rio Grande do Sul, traçando alguns comparativos com a realidade nacional e dos outros estados da Região Sul. Mais especificamente, verificam-se os quadros da educação infantil, dos ensinos fundamental, médio e superior, das habilidades técnicas e profissionais, da igualdade de gênero e da inclusão de pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade, assim como a condição da alfabetização de jovens e adultos, juntamente com conhecimento básico de matemática, além da ocorrência de promoção do desenvolvimento sustentável, de direitos humanos e cidadania. Por fim, as metas relativas às instalações físicas, aos ambientes seguros nas escolas e à qualificação dos professores são apresentadas. O intuito da análise desses dados é subsidiar a decisão dos gestores no planejamento de suas iniciativas.

META 4.1 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS COMPLETEM O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO GRATUITO, EQUITATIVO E DE QUALIDADE, QUE CONDUZA A RESULTADOS DE APRENDIZAGEM RELEVANTES E EFICAZES

Adaptação da meta 4.1 para o Brasil

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

O IPEA fez a alteração dessa meta conforme o quadro acima. Como justificativa para a alteração, levou-se em consideração a obrigatoriedade, no Brasil, do ensino para a faixa etária de quatro a 17 anos. A legislação brasileira também considera adequadas as seguintes faixas etárias de seis a 14 anos, para o ensino fundamental, e de 15 a 17 anos, para o ensino médio. Por fim, também foi incluída a referência à educação gratuita na rede pública, para reiterar a ampliação constitucional da obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos.

A Tabela 1 traz os percentuais de níveis de instrução de homens e mulheres, com 14 anos ou mais, no Brasil, na Região Sul e em seus estados. Os percentuais de pessoas sem instrução de ambos os sexos do RS estão abaixo dos números das outras unidades territoriais aqui comparadas, e, embora o percentual de mulheres sem instrução seja maior que o de homens, elas possuem maior percentual de ensino superior completo, cerca de 6 p.p. a mais que os homens, e, por isso, apresentam percentuais menores nos demais níveis considerados. O cenário é bem semelhante no Brasil e nos outros estados, com as mulheres tendo maiores percentuais na categoria “sem instrução”¹, mas maiores na de “superior completo”.

Tabela 1

Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2022

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	BRASIL		REGIÃO SUL		RS		PR		SC	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução	4,9	4,9	2,5	3,3	1,7	2,3	3,4	4,5	2,4	2,9
Fundamental incompleto	27,7	24,7	28,2	26,6	30,1	28,7	27,9	25,4	25,7	25,2
Fundamental completo ...	9,1	8,3	11,7	9,7	12,3	9,9	10,8	8,9	12,3	10,7
Médio incompleto	8,8	7,8	8,5	7,4	8,6	7,0	8,8	7,7	8,0	7,4
Médio completo	30,4	30,7	28,6	27,2	26,8	25,7	29,2	28,3	30,4	27,8
Médio incompleto	5,2	5,4	5,8	6,1	6,7	6,7	5,1	5,6	5,6	6,0
Superior completo	13,8	18,1	14,6	19,7	13,8	19,6	14,8	19,7	15,6	19,9

Fonte dos dados brutos: IBGE (2022h).

Para avaliar a situação dos ensinos fundamental e médio no Rio Grande do Sul, também podem ser utilizados os dados coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Três fontes são importantes para este trabalho: o Censo Escolar, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Censo Escolar é uma coleta anual de dados sobre a educação básica, com a participação de todas as escolas públicas e privadas brasileiras. Por meio do Censo Escolar, é possível obter dados a respeito das características físicas, pedagógicas, administrativas e da infraestrutura das escolas, mas também algumas informações dos alunos, dos profissionais e dos gestores escolares. Além disso, o INEP também publica dados sobre taxas de rendimento, fluxo escolar e distorção idade-série.

¹ Com exceção do Brasil, onde os percentuais de homens e mulheres com mais de 14 anos sem instrução são iguais, 4,9%.

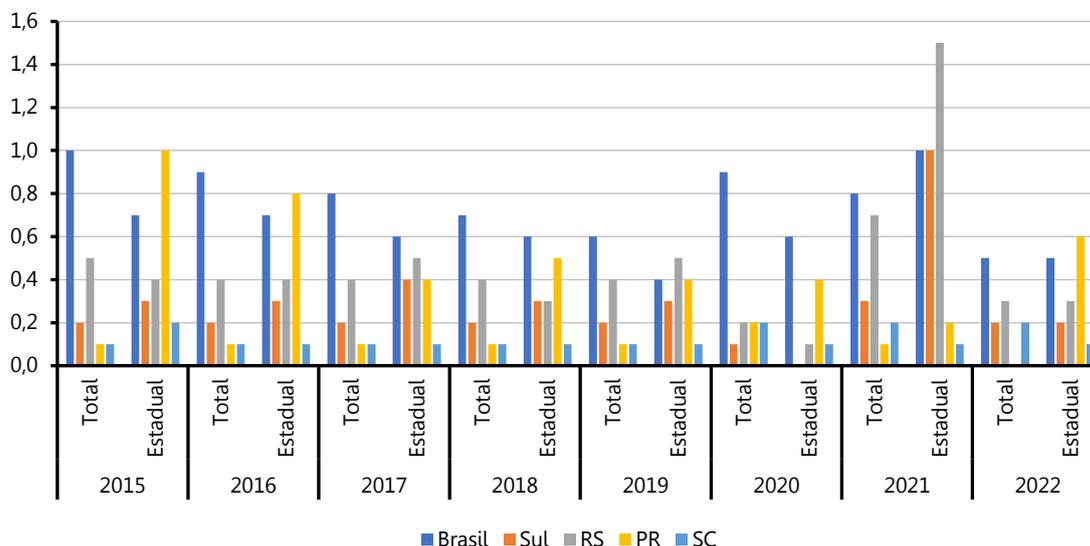
Realizado desde 1990, o SAEB é um conjunto de avaliações em larga escala que permite realizar um diagnóstico da educação básica no Brasil e analisar fatores socioeconômicos que podem influenciar no desempenho dos estudantes. A cada dois anos, são aplicados testes e questionários socioeconômicos na rede pública e em uma amostra da rede privada, para os alunos de segundo, quinto e nono anos do ensino fundamental e de terceiro do ensino médio.

Desde 2007, o IDEB pode ser utilizado para avaliar a qualidade da educação por meio de dois indicadores: um relacionado ao fluxo escolar, a partir dos dados de aprovação, abandono e distorção idade-série obtidos no Censo Escolar, e outro relativo às médias de desempenho nas avaliações realizadas no SAEB. Levando em conta esses dois indicadores, o IDEB varia de zero a 10 e pode ser analisado por escola, por município, por estado, para todo o país ou até mesmo para cada uma das redes — pública, municipal, estadual, federal e privada. A cada dois anos, dá-se a construção de um novo IDEB para cada uma dessas diferentes unidades, que pode ser comparado com as metas previamente estabelecidas.

As taxas de abandono dizem respeito à porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo Escolar, durante o ano letivo de referência. Olhando para tais dados, relativos ao percentual de abandono dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental desde 2015, percebe-se que havia uma relativa estabilidade até 2019 dos números no Rio Grande do Sul, tanto no que se refere ao total do Estado como somente às escolas estaduais. No ano seguinte, 2020, houve uma queda desses percentuais. No entanto, em 2021, ocorreu um aumento significativo, sobretudo nas escolas estaduais, chegando a 1,5%. O aumento em 2021 também se deu nas escolas estaduais do Brasil, mas não se repetiu nos outros estados da Região Sul. De modo geral, os dados de 2022 apresentam uma redução dos índices em comparação ao ano anterior. O RS, por exemplo, diminuiu suas taxas de abandono de 0,7% total e 1,5% estadual para 0,3% em ambos os índices. No Gráfico 1, também são apresentados os dados relativos ao Brasil e à Região Sul para comparação.

Gráfico 1

Taxas de abandono nos anos iniciais do ensino fundamental, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22

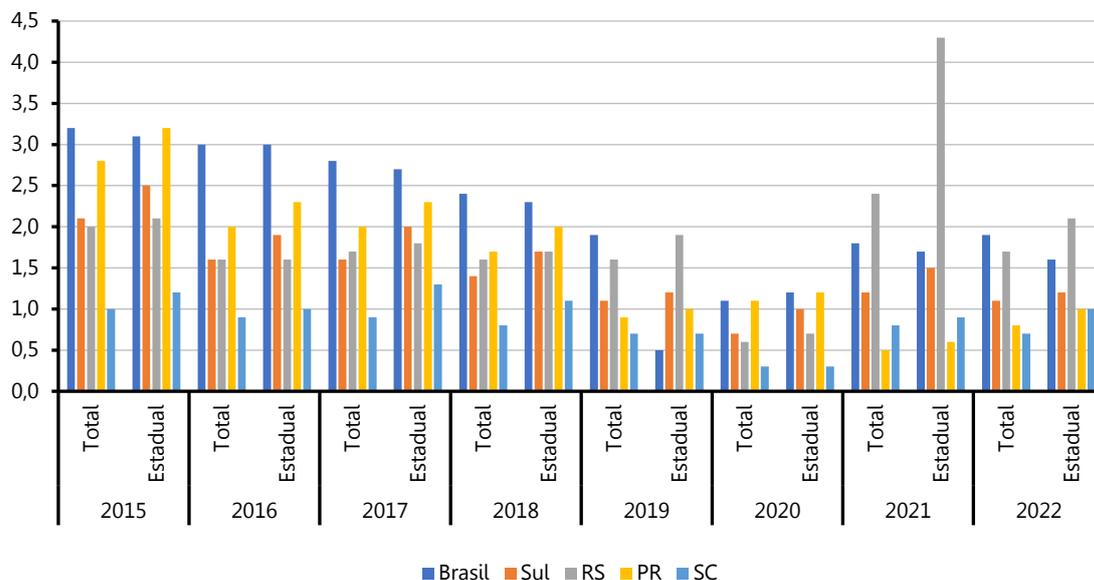


Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

Fenômeno semelhante também ocorreu nos anos finais do ensino fundamental: relativa estabilidade até 2019, queda em 2020 e aumento significativo em 2021, no RS e no Brasil. No RS, em 2020, a taxa de abandono nesse nível de ensino era de 0,6% para o total do Estado e de 0,7% para as escolas estaduais, enquanto, em 2021, esses valores foram de 2,4% e 4,3% respectivamente. Já nos outros estados da Região Sul, nos anos finais do ensino fundamental, que não reproduziram a tendência histórica do RS e do Brasil, Santa Catarina passou também a ter um aumento da taxa de abandono em 2021. O ano de 2022 também marcou redução significativa das taxas de abandono no RS, assim como ocorreu nos anos iniciais do ensino fundamental, diminuindo para 1,7% no total do Estado e 2,1% nas escolas estaduais.

Gráfico 2

Taxas de abandono nos anos finais do ensino fundamental, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22

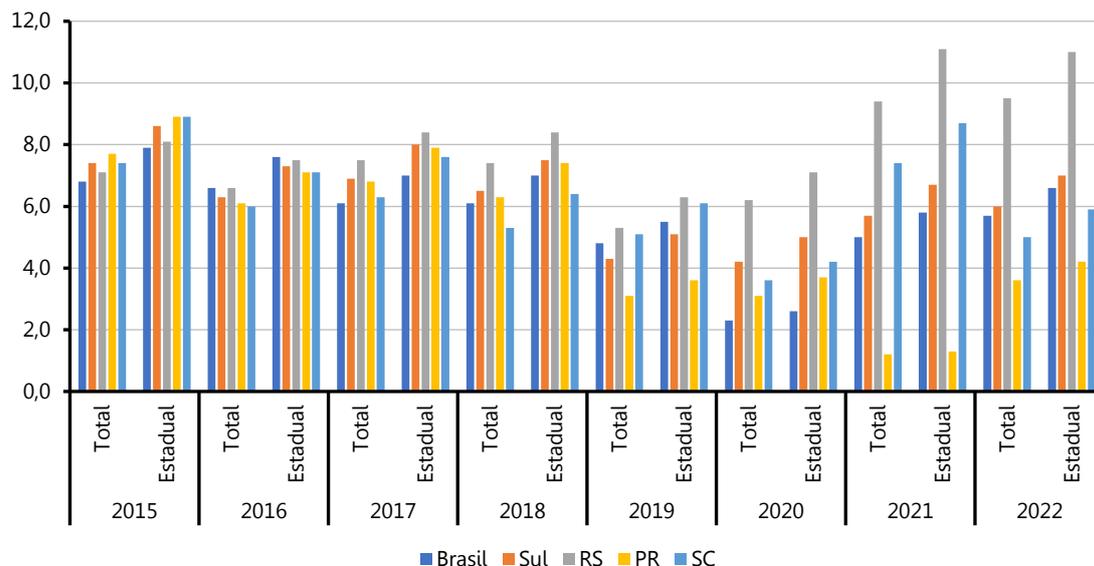


Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

No ensino médio, o histórico desde 2015 não aponta direções tão claras quanto as do ensino fundamental, mas há a repetição do aumento considerável da taxa de abandono no último ano, chegando a 11% nas escolas estaduais, contra 9,4% no total do Estado do Rio Grande do Sul. Na Região Sul, o Estado do Paraná foi o único que conseguiu diminuir esse percentual no último ano do período considerado. No entanto, diferentemente do que ocorreu no ensino fundamental, em 2022 não houve mudança significativa dessas taxas no RS, e, de modo geral, houve aumento nos outros territórios analisados, exceto em SC, que conseguiu reduzir suas taxas de abandono no ensino médio total e estadual.

Gráfico 3

Taxas de abandono no ensino médio, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22



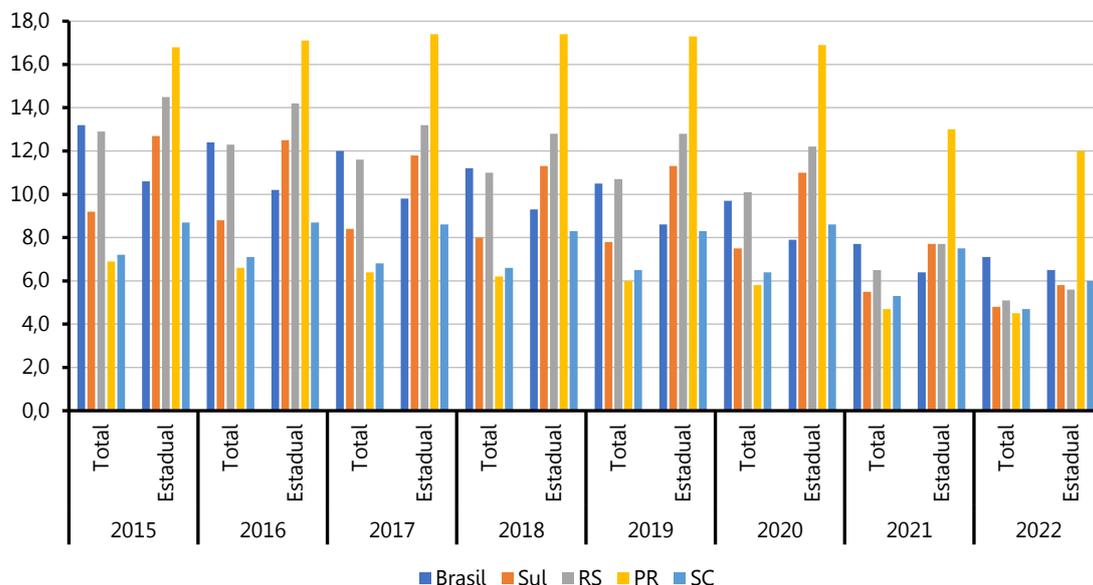
Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

A taxa de distorção idade-série corresponde ao percentual de alunos matriculados em uma determinada série, com idade de pelo menos dois anos a mais do que a esperada para tal nível. No Rio Grande do Sul, assim como na Região Sul e no Brasil, desde 2015 houve uma diminuição constante das taxas de distorção idade-série nos anos

iniciais e finais do ensino fundamental, tanto no total desses territórios quanto somente em suas redes estaduais. No RS, por exemplo, a taxas de distorção na rede estadual, em 2015, eram de 14,5% nos anos iniciais e de 34,8% nos anos finais. Já em 2022, esses mesmos índices recuaram para 5,6% e 25,2% respectivamente.

Gráfico 4

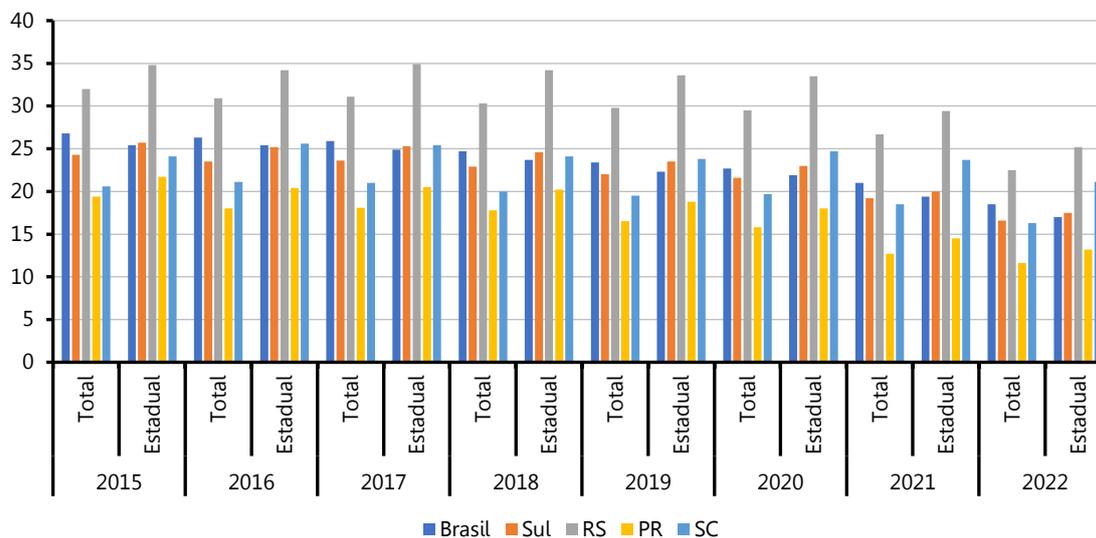
Taxas de distorção idade-série nos anos iniciais do ensino fundamental, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022g).

Gráfico 5

Taxas de distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22

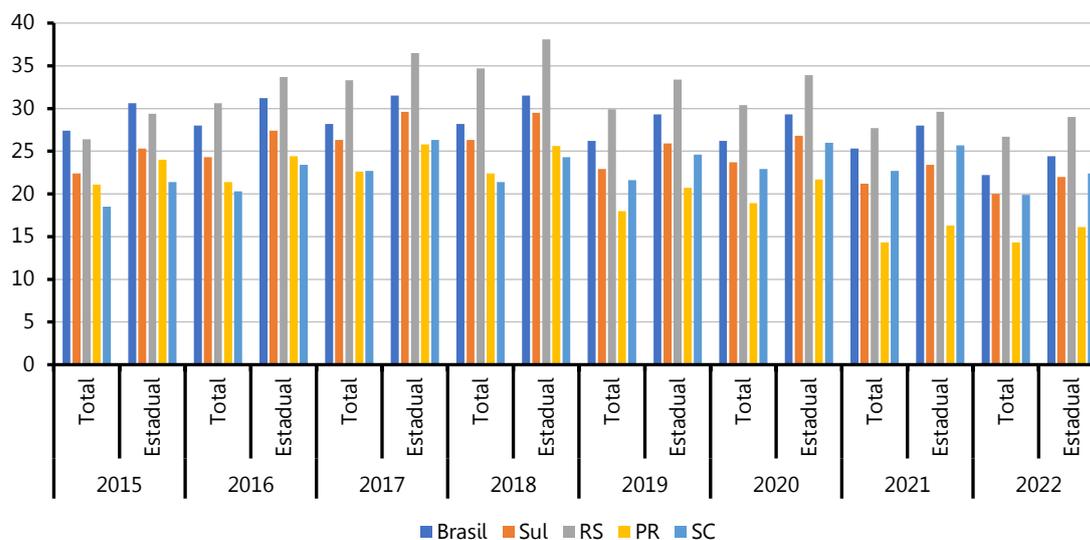


Fonte dos dados brutos: INEP (2022g).

Ficam evidentes as altas taxas de distorção ainda em 2022 para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. Neste último nível de ensino, no Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2018, essas taxas aumentaram tanto no total do Estado como em sua rede estadual, chegando, respectivamente, a 34,7% e 38,1%. No entanto, a partir de 2019, essas taxas recuaram 23% para os anos finais do ensino fundamental e 23,9% para o ensino médio, chegando, em 2022, a 26,7% e 29% respectivamente.

Gráfico 6

Taxas de distorção idade-série no ensino médio, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022g).

O IDEB e o SAEB de 2021 devem ser avaliados com cautela, pois foram aplicados em meio a uma pandemia, que acarretou o fechamento das escolas e a paralisação de atividades presenciais. Uma das medidas que uma parte das redes de ensino adotou foi a aprovação automática, como meio de evitar o prejuízo de alunos que não tiveram como acompanhar as aulas remotas, durante o período em que as escolas estiveram fechadas. Outro fator que também pode ter influenciado a distorção dos indicadores foi a baixa participação dos alunos na prova do SAEB. Como as provas foram aplicadas entre novembro e dezembro de 2021, nem todas as escolas tinham voltado a oferecer atividades presenciais. Assim, a taxa de participação dos alunos, que, em 2019, tinha sido de 80%, foi reduzida para 70% em 2021.²

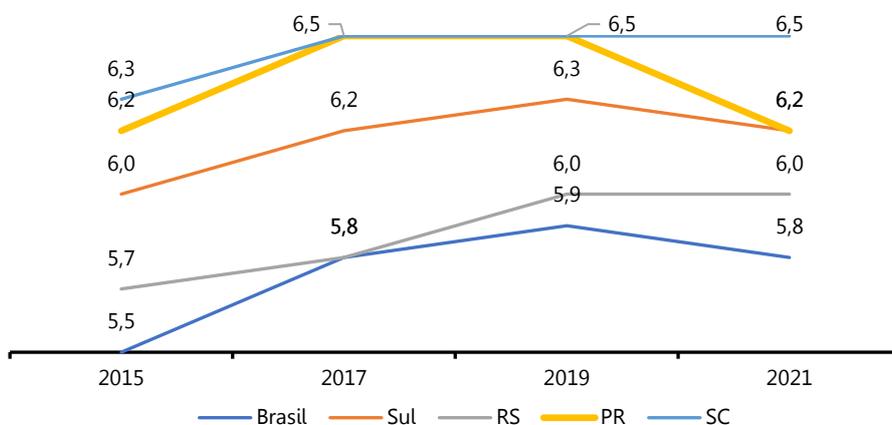
Quando se olha para o IDEB do ensino fundamental do Brasil, da Região Sul e do Rio Grande do Sul, seja em todas as redes, seja mais especificamente nas redes estaduais, há uma tendência de crescimento constante desde 2015. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o índice total do RS era de 5,7 em 2015, e, em 2021, chegou a 6, enquanto, para a rede estadual³, o crescimento foi de 5,5 a 5,9. No entanto, como demonstra o Gráfico 7, a edição do IDEB de 2021 mostrou queda ou continuidade dos indicadores totais nas unidades territoriais em tela, enquanto houve decréscimo apenas no IDEB estadual de SC, como atesta o Gráfico 8.

² Ver **Nota informativa dos resultados do SAEB 2021 — versão retificada** (INEP, 2022f).

³ Quando se fala em IDEB estadual do ensino fundamental, há que se levar em conta que tal nível de ensino é de responsabilidade dos municípios, que ainda existem escolas de ensino fundamental que são geridas pelos estados, e que os percentuais de escolas de ensino fundamental nos diferentes estados brasileiros são bem diferentes, o que pode influenciar no índice dessas escolas.

Gráfico 7

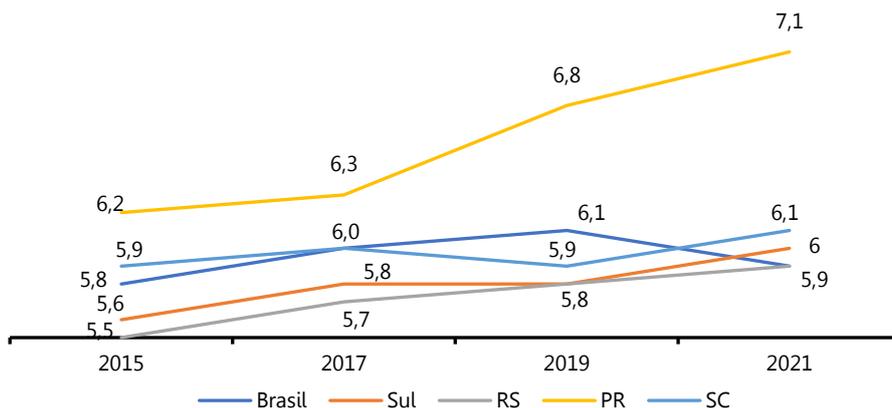
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) total dos anos iniciais do ensino fundamental, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022b).

Gráfico 8

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estadual dos anos iniciais do ensino fundamental, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-2021

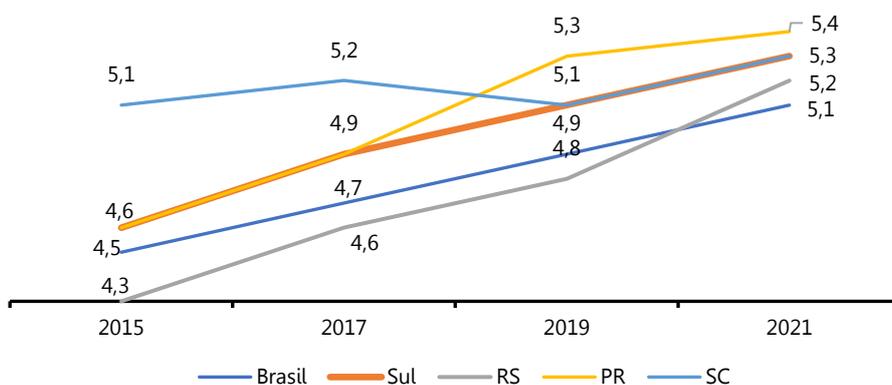


Fonte dos dados brutos: INEP (2022b).

Nos anos finais do ensino fundamental, o índice total do RS subiu de 4,3 para 5,2 durante o período considerado. Já na rede estadual, o índice, que, em 2015, foi de 4, cresceu para 5 em 2021.

Gráfico 9

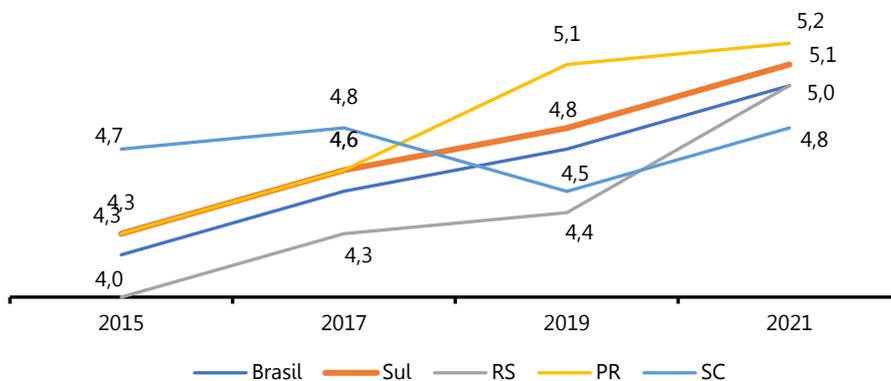
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) total dos anos finais do ensino fundamental, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022b).

Gráfico 10

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estadual dos anos finais do ensino fundamental, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-2021

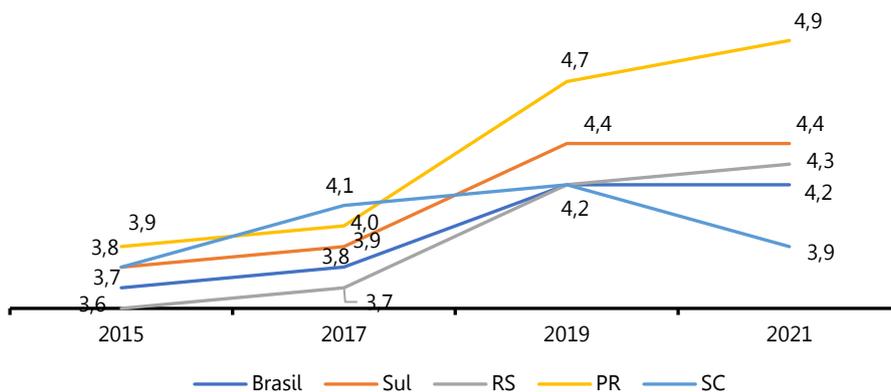


Fonte dos dados brutos: INEP (2022b).

No ensino médio, os índices no RS, que, em 2015, eram de 3,6 e 3,3 — respectivamente para a rede total e para a rede estadual —, foram de 4,3 e 4,1 em 2021.

Gráfico 11

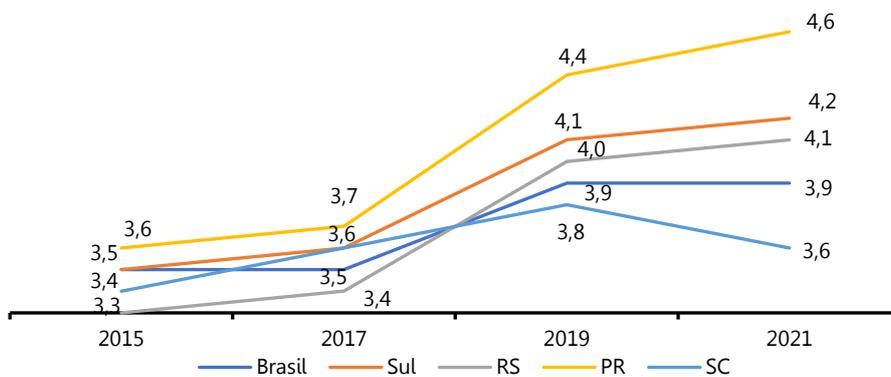
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) total do ensino médio, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022b).

Gráfico 12

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estadual do ensino médio, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022b).

META 4.2 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODAS AS MENINAS E MENINOS TENHAM ACESSO A UM DESENVOLVIMENTO DE QUALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA, CUIDADOS E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DE MODO QUE ELES ESTEJAM PRONTOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO

Adaptação da meta 4.2 para o Brasil

Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

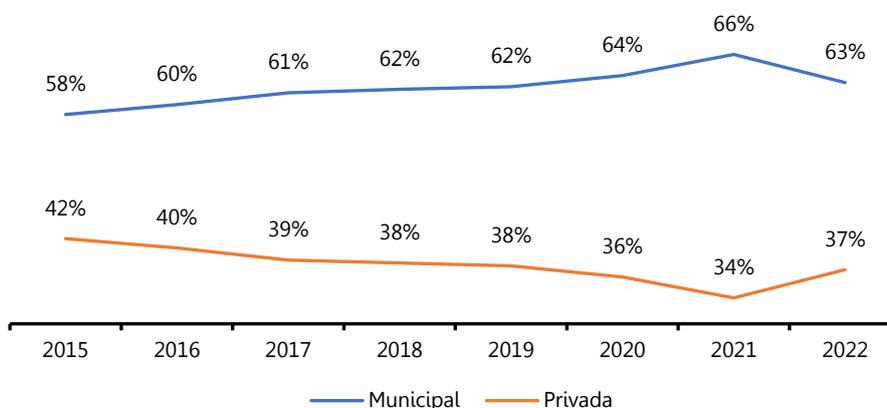
Para a realidade brasileira, o IPEA redigiu a meta 4.2 de modo que se adaptasse às especificidades do atendimento à primeira infância no Brasil, o qual é realizado em creches para crianças de zero a três anos e em pré-escolas para a faixa etária dos quatro aos cinco anos.

O número absoluto de matrículas na educação infantil, no Rio Grande do Sul, tanto na creche quanto na pré-escola, apresentou crescimento constante entre os anos de 2015 e 2019, chegando a pouco mais de 458 mil matrículas nas duas modalidades. No entanto, em 2020 e 2021, esse número sofreu decréscimos, com relação aos anos anteriores: 2,6% de 2019 para 2020 e 6,9% de 2020 para 2021, chegando a pouco mais de 415 mil alunos. O padrão repete-se ao verificar especificamente as duas modalidades de ensino. Enquanto, nesses dois anos, o número de matrículas em creches caiu 5,3% em 2020 e 8,1% em 2021, na pré-escola os decréscimos foram de 0,5% e 6% respectivamente. No entanto, em 2022, ocorreu recuperação do número de matrículas nas duas modalidades de ensino, chegando a pouco mais de 450 mil alunos no total do Estado.

Quase 100% das matrículas nesse nível de ensino, no RS, são de instituições de ensino da rede municipal ou privada⁴. Se, em 2015, as matrículas em creches municipais agregavam 58% do total, em 2021 esse percentual chegou a 66%, enquanto, nas creches privadas, ocorreu o sentido inverso: de 42% em 2015 para 34% em 2021. O mesmo fenômeno verifica-se na distribuição das matrículas de pré-escola, já que o percentual de alunos na rede municipal cresceu de 64% para 73% no período considerado e, na rede privada, caiu de 32% para 26%.

Em 2022, em ambas as modalidades de ensino, no entanto, houve aumento de alunos matriculados nas instituições privadas, sendo 37% e 28% dos alunos gaúchos matriculados em creches e pré-escolas privadas respectivamente. No RS, a rede estadual, que, em 2015, possuía 4% do total de matrículas na pré-escola, reduziu esse percentual para menos de 1% em 2022, com pouco mais de 1 mil alunos.

Gráfico 13
Percentual de matrículas em creches municipais e privadas no Rio Grande do Sul — 2015-22

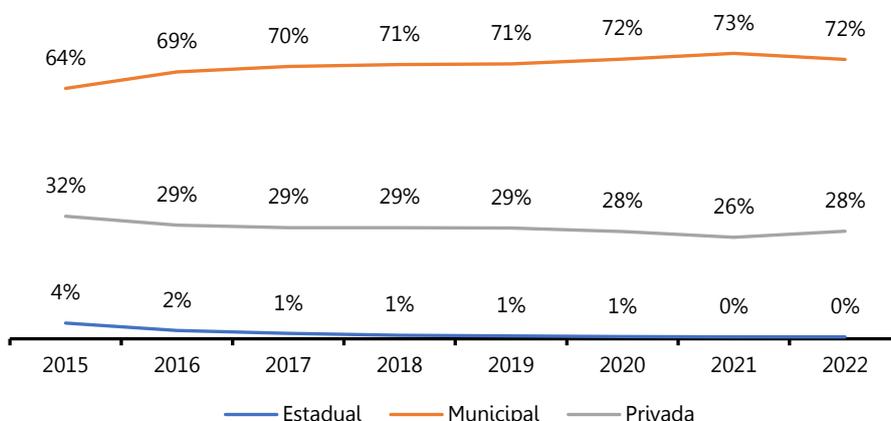


Fonte dos dados brutos: INEP (2023a).

⁴ Embora tal nível de educação seja atribuição constitucional dos municípios, o Estado do Rio Grande do Sul ainda oferece vagas em creches e pré-escolas. No entanto, esse número tem sido reduzido desde 2015, chegando a 116 e 1.203, respectivamente, em 2022.

Gráfico 14

Percentual de matrículas em pré-escolas estaduais, municipais e privadas no Rio Grande do Sul — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2023a).

O quadro de diminuição de matrículas nesses dois níveis de ensino, no Rio Grande do Sul, assemelha-se ao que aconteceu em todo o Brasil com a pandemia de COVID-19, pois, com a suspensão das atividades presenciais nas escolas, e ainda com o contexto de crise socioeconômica, famílias retiraram seus filhos das instituições privadas e os migraram para as públicas. Por conta da obrigatoriedade da pré-escola na legislação brasileira, a queda nessa modalidade foi menor que na creche, que é um direito e uma opção da família. Um estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2022) mostrou que, entre 2019 e 2021, houve decréscimo no número de matrículas tanto na creche quanto na pré-escola, iniciando uma reversão de uma tendência de crescimento, ocorrida durante uma década, no acesso das crianças de zero a cinco anos à educação infantil. De modo semelhante, no Brasil, também houve uma migração das creches e pré-escolas privadas em direção às públicas.

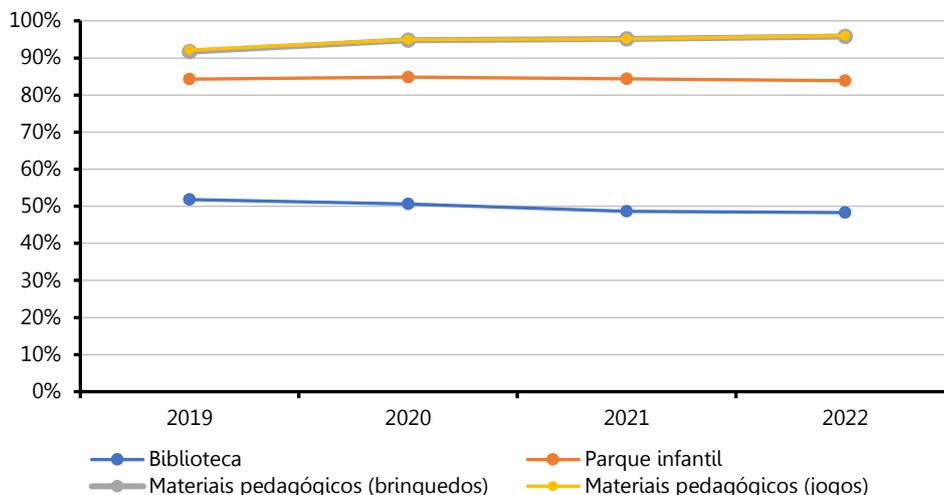
Os dados do Censo Escolar permitem verificar a presença de equipamentos e itens de infraestrutura que poderiam auxiliar na obtenção das metas direcionadas à educação infantil. De acordo com os dados do **Censo Escolar 2022**, o Rio Grande do Sul tem, em 2022, 6.411 escolas que têm pelo menos uma matrícula de educação infantil; 3.864 escolas com matrículas em creches, 5.785 escolas com matrículas na pré-escola e 3.238 escolas em ambas as modalidades.

Quando se analisa o percentual de instituições escolares no RS que oferecem educação infantil, incluindo federais, estaduais, municipais e privadas, que possuem biblioteca, parque infantil, e materiais pedagógicos direcionados ao público infantil (brinquedos e jogos) desde 2019, primeiro ano para o qual tais informações constam no Censo Escolar, os dados não são alterados, exceto pela diminuição do percentual de escolas com biblioteca, como demonstra o Gráfico 15⁵.

⁵ No Gráfico 15, há total coincidência entre os percentuais dos dois tipos de materiais pedagógicos citados, brinquedos e jogos, e, por isso, as linhas dos dois itens estão sobrepostas.

Gráfico 15

Percentual de escolas que possuem equipamentos direcionados à educação infantil no Rio Grande do Sul — 2022

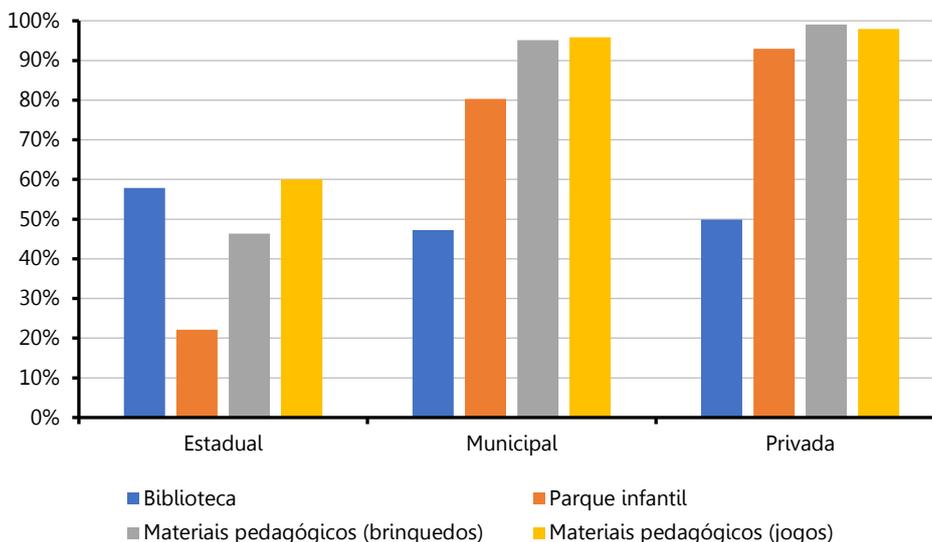


Fonte dos dados brutos: INEP (2023a).

No entanto, quando se verificam os dados relativos às diferentes redes de ensino, podem-se ver desigualdades na presença desses equipamentos e dispositivos. Em relação às bibliotecas, as escolas estaduais apresentam os maiores percentuais, até mesmo que as escolas privadas. No entanto, os percentuais das escolas estaduais são muito menores que as municipais e as privadas quando se trata dos outros itens. Os parques infantis, os brinquedos infantis e os jogos estão presentes em apenas 22%, 46% e 60% das escolas estaduais, respectivamente, enquanto, nas redes municipais e privadas, esses percentuais são maiores que 80%.

Gráfico 16

Percentual de escolas estaduais, municipais e privadas que possuem equipamentos direcionados à educação infantil no Rio Grande do Sul — 2022



Fonte dos dados brutos: INEP (2023a).

META 4.3 - ATÉ 2030, ASSEGURAR A IGUALDADE DE ACESSO PARA TODOS OS HOMENS E MULHERES À EDUCAÇÃO TÉCNICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR DE QUALIDADE, A PREÇOS ACESSÍVEIS, INCLUINDO UNIVERSIDADE

Adaptação da meta 4.3 para o Brasil

Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

Para a realidade brasileira, o IPEA redigiu a meta 4.3 conforme consta acima. A mudança teve como motivação o fato de que, no Brasil, a educação técnica e superior é ofertada gratuitamente na rede pública. Além disso, a universidade é apenas uma das instituições que oferecem educação em nível superior, e, de acordo com o **Censo da Educação Superior de 2016**, 46% dos alunos matriculados nesse nível de ensino estavam em instituições não universitárias.

A educação técnica, profissional e superior de qualidade tem um papel fundamental na formação de cidadãos habilitados para o mercado de trabalho e contribui, de forma decisiva, para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Enquanto a educação básica propedêutica, ou regular, permite ao indivíduo obter conhecimentos mínimos exigidos ao exercício da cidadania de forma plena; a educação técnica, profissional e superior possibilita a obtenção de conhecimentos teóricos em vários níveis de complexidade, habilidades específicas e práticas necessárias ao exercício de uma determinada profissão nos vários setores e segmentos da vida socioeconômica e cultural de um país. É primordial que os sistemas de ensino invistam na oferta de educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, pois isso terá como resultado uma mão de obra mais capacitada, habilitada e qualificada para enfrentar os diversos desafios do mercado de trabalho e para impulsionar o desenvolvimento do país.

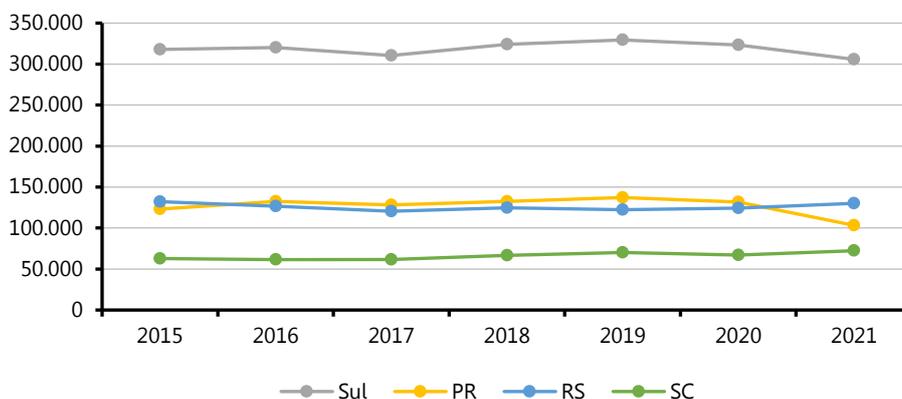
EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

O ensino profissionalizante na Região Sul, após atingir um pico de 329.434 matrículas, em 2019, passou a ter um declínio. Enquanto, em 2015, foram registradas 318.018 matrículas, em 2021 foram 305.815 registros. Portanto, houve uma queda de 3,8% no período.

No Estado do Rio Grande do Sul, o número de matrículas era 132.181 em 2015 e 130.151 em 2021, resultando em uma variação negativa de 1,5%. No caso de Santa Catarina, houve um aumento de 15,1% no número de matrículas, que passaram de 62.827 em 2015 para 72.357 em 2021. Por outro lado, no Paraná, houve uma queda no indicador de 16,0%, tendo o número de matrículas diminuído de 123.010 em 2015 para 103.307 em 2021. Com isso, o Paraná foi ultrapassado pelo Rio Grande do Sul em número de matrículas no ensino profissional, em 2021.

Gráfico 17

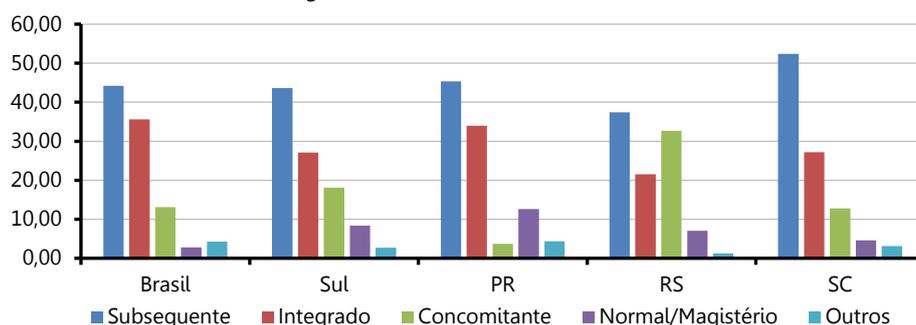
Número de matrículas no ensino profissional, por estados, na Região Sul e em seus estados — 2015-21



Fonte dos dados brutos: INEP (2022d).

No Gráfico 18, são mostrados os percentuais das diferentes modalidades do ensino profissional, no Brasil, na Região Sul e em seus respectivos estados, em 2021. A modalidade com os maiores percentuais é a subsequente, que é aquela ofertada aos que já concluíram o ensino médio. A modalidade integrada é aquela em que o aluno realiza a formação, de forma simultânea, no ensino médio regular e no profissionalizante, bastando apenas uma única matrícula no estabelecimento escolar. Essa modalidade teve a segunda maior participação percentual no número de matrículas no Brasil, no Paraná e em Santa Catarina. Por outro lado, no Rio Grande do Sul, a modalidade com a segunda maior participação percentual foi a concomitante, em que é preciso a realização de matrículas distintas no ensino regular e no profissional. No ensino normal/magistério, que, no passado, teve grande importância no Brasil, os percentuais de participação declinaram ao longo do tempo.

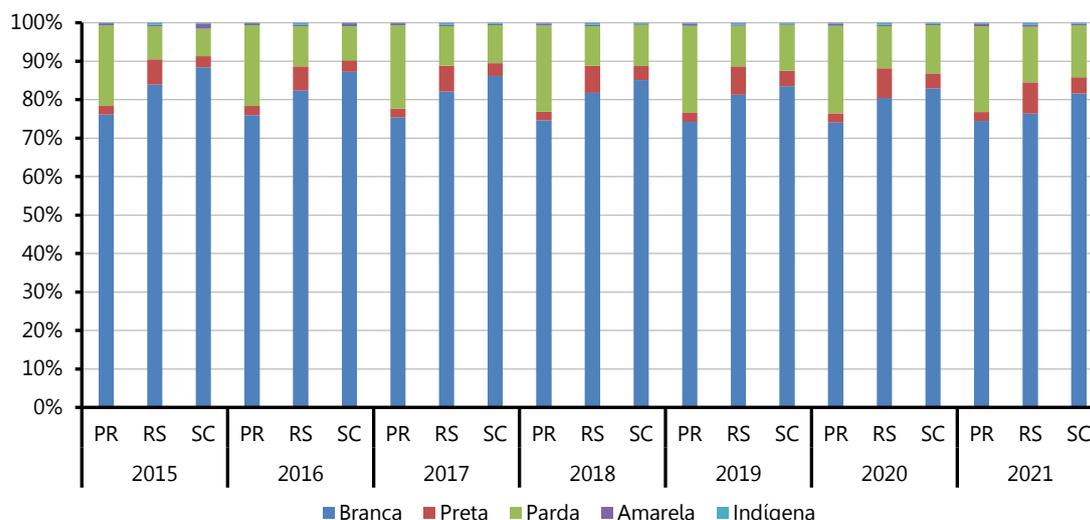
Gráfico 18
 Percentual de matrículas nas diferentes modalidades do ensino profissional, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022d).

No Gráfico 19, são mostrados os percentuais de matrículas do sexo feminino no ensino profissional, por raça, nos estados da Região Sul. Os maiores percentuais são da raça branca⁶, o que está de acordo com o perfil racial do Rio Grande do Sul (Augustin *et al.*, 2021). Em 2021, os percentuais de mulheres brancas foram de 74,4% no Paraná, 76,3% no Rio Grande do Sul e de 81,6% em Santa Catarina. Os percentuais de mulheres que se declaram de cor parda, nesses três estados, foram de 22,3%, 14,4% e 13,4% respectivamente. Da raça preta, os percentuais foram 2,4%, 8,2% e 4,3% respectivamente. As raças amarela e indígena registraram percentuais irrisórios declarados, menores que 1%.

Gráfico 19
 Percentual de matrículas do sexo feminino no ensino profissional, por raça, nos estados da Região Sul — 2015-21



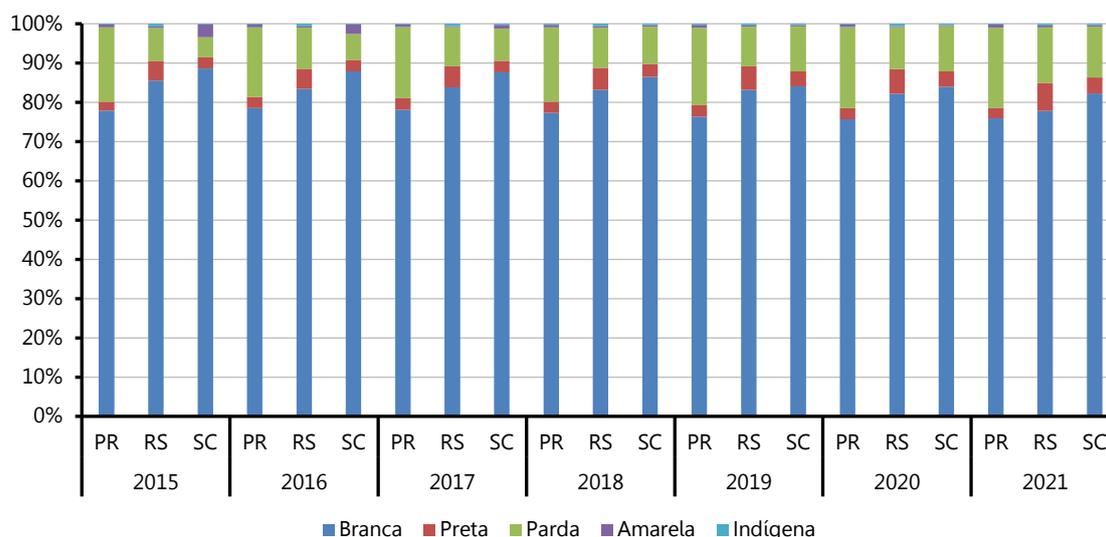
Fonte dos dados brutos: INEP (2022d).

⁶ Não foram considerados os percentuais das mulheres que não declararam raça.

No Gráfico 20, mostram-se os percentuais de matrículas do sexo masculino, por raça, nos estados da Região Sul. Os percentuais⁷ de brancos foram de 75,9% no Paraná, 77,8% no Rio Grande do Sul e 82,3% em Santa Catarina. Os percentuais de homens de cor parda, nesses três estados, foram de 20,4%, 14,2% e 12,9% respectivamente. No caso da raça preta, os percentuais foram de 2,7%, 7,1% e 4,0% respectivamente. A população que se autodeclarou como pertencente às raças amarela e indígena, como no caso anterior das mulheres, registrou percentuais muito reduzidos.

Gráfico 20

Percentual de matrículas do sexo masculino no ensino profissional, por raça, nos estados da Região Sul — 2015-21



Fonte dos dados brutos: INEP (2022d).

ENSINO SUPERIOR

O Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foram decisivos para a democratização do ensino superior, tornando as instituições de ensino superior (IES) privadas as principais responsáveis pelo aumento da oferta de vagas e de cursos na expansão do ensino terciário que ocorreu nos últimos anos, em consonância com as metas estabelecidas nos últimos Planos Nacionais de Educação (PNEs).

Nas instituições de ensino superior, conforme pode ser visto no Gráfico 21, a tendência foi de declínio no número de inscritos para vagas⁸ no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Santa Catarina teve a menor queda nesse indicador. No Rio Grande do Sul, o número de inscritos em vagas do ensino superior caiu de 678.111 em 2014 para 344.177 em 2021, o que representou uma variação negativa de 49,2%. Por outro lado, o número de vagas diminuiu de 274.268 para 239.311, no mesmo período, resultando em uma queda de 12,7%. Desse modo, a oferta (número de vagas) e a demanda (número de inscritos) têm convergido para patamares semelhantes nos anos recentes.

Os percentuais da população com ensino superior no Brasil, Região Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são mostrados no Gráfico 22. O Rio Grande do Sul, entre 2015 e 2022⁹, ampliou o percentual de sua população com ensino superior de 10,8% para 14,8%. No entanto, o indicador do estado gaúcho foi inferior aos demais estados da Região Sul, embora esteja acima do Brasil

⁷ Não foram considerados os percentuais de homens que não declararam raça.

⁸ Os números de vagas e de inscritos referem-se às seleções para vagas novas, vagas de programas especiais e vagas remanescentes de cursos de graduação presenciais no ensino superior.

⁹ Os dados para os anos de 2015-20 referem-se ao primeiro trimestre de cada ano. Para o ano de 2022, estavam disponíveis apenas os dados do terceiro trimestre. Para o ano de 2021, não havia dados disponíveis.

Gráfico 21

Número de vagas ofertadas e número de inscritos para vagas em instituições de nível superior no Brasil e estados da Região Sul — 2014-21

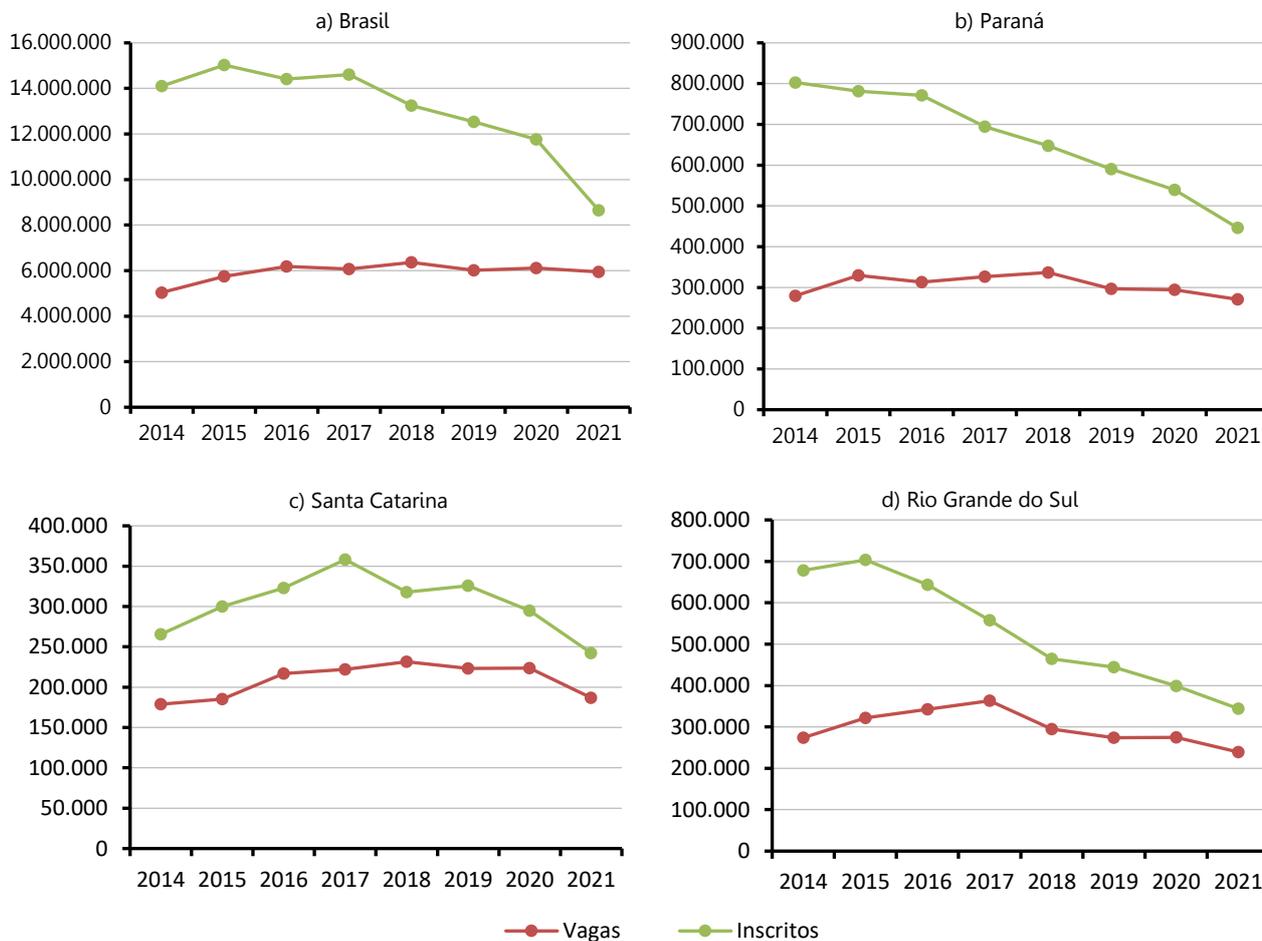
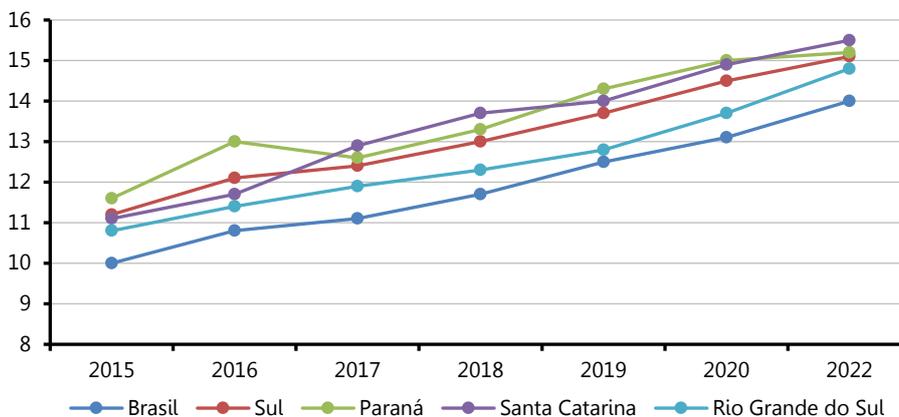


Gráfico 22

Percentual da população com ensino superior no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-2022

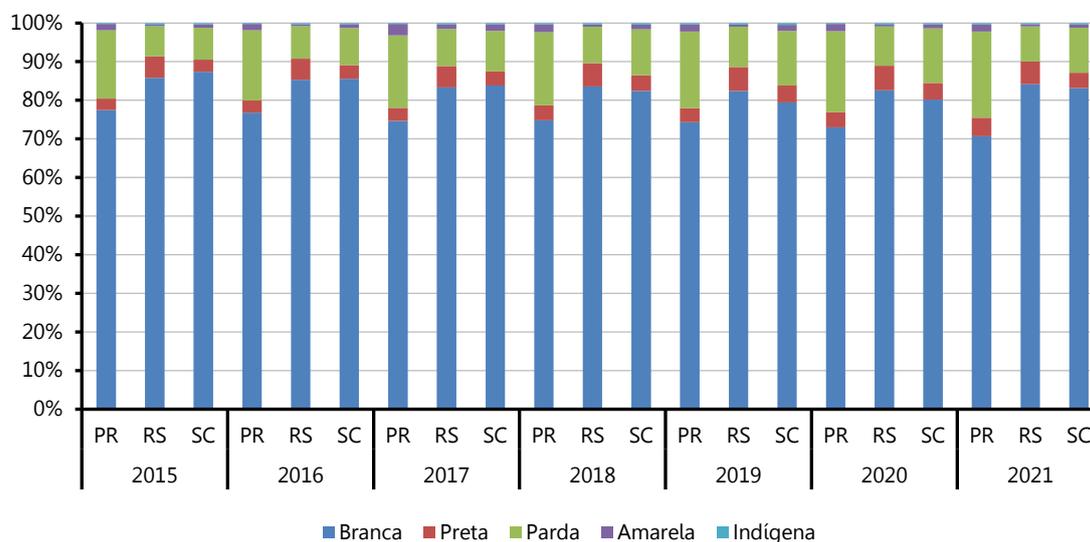


No Gráfico 23, mostra-se o percentual de ingressantes no ensino superior, por raça, nos Estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no período entre 2015 e 2021. É importante destacar, de acordo com os dados do INEP, o fato de que percentuais significativos de ingressantes no ensino superior preferiram não declarar sua raça. Em 2015, o maior desses percentuais ocorreu no Estado do Paraná, onde 57,23% dos ingressantes preferiram

omitir sua condição racial. No mesmo ano, os percentuais para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram menores que os do Paraná: 36,81% e 28,63% respectivamente. Ao longo do período, esses percentuais de não declarados diminuíram, em 2021, para 40,8% no Paraná e 16,76% no Rio Grande do Sul, onde houve a maior redução. Por outro lado, o percentual de não declarados em Santa Catarina aumentou, em 2021, para 33,83%.

Gráfico 23

Percentual de ingressantes no ensino superior, por raça, nos estados da Região Sul — 2015-21



Fonte dos dados brutos: INEP (2022a).

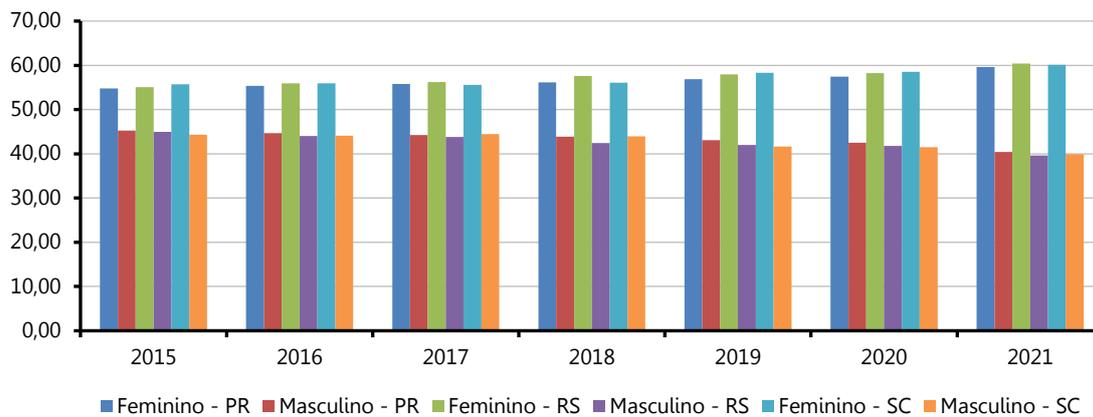
Entre aqueles que optaram por declarar sua raça, no período de 2015 a 2021, houve uma queda no percentual dos ingressantes no ensino superior que se autodeclararam da raça branca no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que eram de 77,47%, 85,81% e 87,36% para 70,7%, 84,19% e 83,19% respectivamente. Por outro lado, houve aumento percentual daqueles que se autodeclararam pardos, de 17,71%, 7,9% e 8,28% para 22,37%, 9,08% e 11,67% respectivamente. O mesmo ocorreu com aqueles autodeclarados pretos, cujos percentuais passaram de 2,99%, 5,53% e 3,18% para 4,75%, 5,85% e 3,94% respectivamente.

Esse perfil racial dos ingressantes no ensino superior é compatível com aquele mostrado pelos dados da população total dos estados da Região Sul, segundo o IBGE (2022b), que mostram também ter havido um fenômeno semelhante de alteração de perfil racial, com diminuição da participação percentual dos que se autodeclararam como sendo da raça branca e, por outro lado, aumento da participação percentual das raças preta e parda no total, como o que foi descrito no parágrafo anterior. Entre 2015 e 2021, houve declínio da população autodeclarada da raça branca, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, de 69,24%, 83,37% e 86,79% para 66,19%, 81,039% e 81,86% respectivamente. Em contrapartida, houve aumento percentual da população autodeclarada parda de 27,333%, 11,8% e 11,03% para 30,13%, 13,25% e 14,76% respectivamente. Algo semelhante ocorreu entre aqueles autodeclarados pretos, cujos percentuais, que eram de 3,42%, 4,82% e 2,16% em 2015, passaram para 3,69%, 5,71% e 3,37%, respectivamente, em 2021.

No Gráfico 24, mostra-se o percentual dos ingressantes no ensino superior, por sexo, nos estados da Região Sul. Houve, claramente, uma tendência de aumento nas participações percentuais dos ingressantes do sexo feminino no ensino superior, nos três estados da Região Sul, para o período analisado. Em 2015, os percentuais de ingressantes do sexo feminino no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina eram de 54,75%, 55,07% e 55,7% respectivamente. Em 2021, esses percentuais aumentaram para 59,6%, 60,4% e 60,08% respectivamente.

Gráfico 24

Percentual de ingressantes no ensino superior, por sexo, nos estados da Região Sul — 2015-21



Fonte dos dados brutos: INEP (2022a).

META 4.4 - ATÉ 2030, AUMENTAR SUBSTANCIALMENTE O NÚMERO DE JOVENS E ADULTOS QUE TENHAM HABILIDADES RELEVANTES, INCLUSIVE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E PROFISSIONAIS, PARA EMPREGO, TRABALHO DECENTE E EMPREENDEDORISMO

Adaptação da meta 4.4 para o Brasil

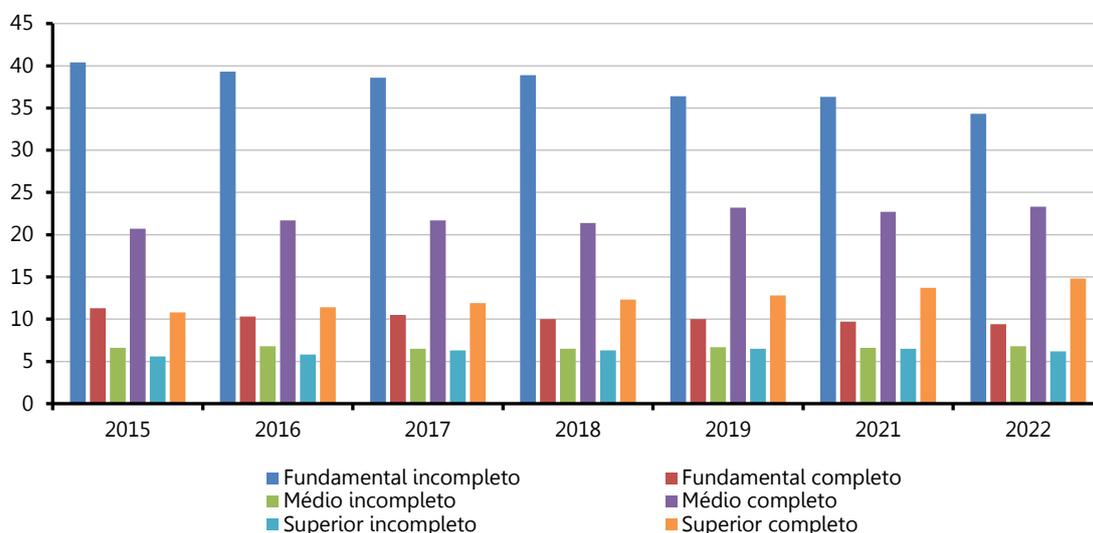
Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

O IPEA alterou a meta 4.4 conforme o quadro acima, com a substituição de dois termos: (a) “competência” por “habilidade”, por considerar o primeiro mais abrangente que o segundo; e (b) “relevantes” por “necessárias”, pois o primeiro é mais genérico e difícil de ser mensurado.

Um indicador que poderia ser usado como *proxy* para essa meta é o percentual da população por nível de instrução. No Gráfico 25, mostra-se o percentual da população por nível de instrução no Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2022¹⁰. A participação relativa de pessoas com ensino fundamental incompleto, que concentra a maior parte da população, teve declínio, entre 2015 e 2022, de 40,4% para 34,3%. A variação, portanto, foi de -15,1%. A parcela da população com ensino fundamental completo caiu de 11,3% para 9,4% no período. No caso de pessoas com ensino médio incompleto, a participação manteve-se estável. Pessoas com curso superior incompleto tiveram um leve aumento de participação no total da população, de 5,6% para 6,2%. Por outro lado, a informação mais promissora é a de que as participações relativas de pessoas com ensino médio completo e com superior completo tiveram aumentos significativos, no total da população, de 20,7% para 23,3%, e de 10,8% para 14,8% respectivamente. Isso corresponde a variações percentuais de 12,6% e de 37,0% respectivamente.

Gráfico 25

Percentual da população, por nível de instrução, no Rio Grande do Sul — 2015-2022

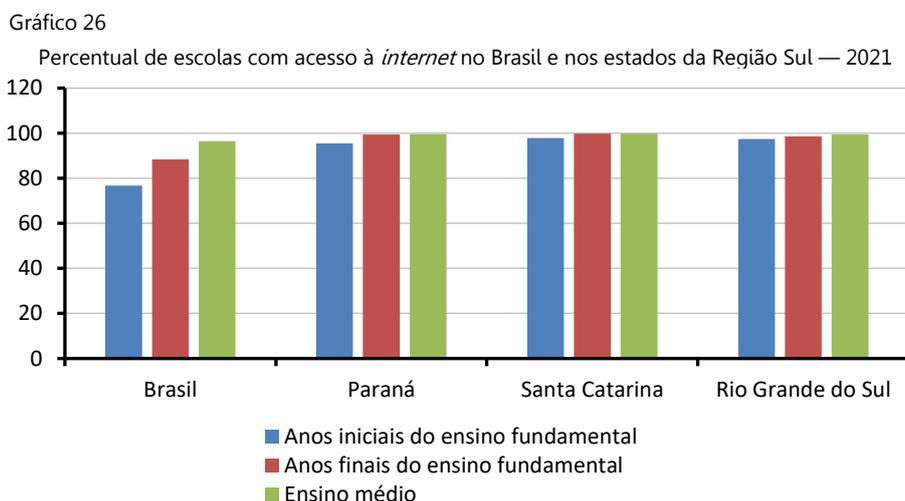


Fonte dos dados brutos: IBGE (2022a).

Outro indicador que pode ser analisado para representar a evolução das habilidades técnicas e profissionais é o percentual de escolas com acesso à *internet* (IBGE, 2022j), mostrado, no Gráfico 26, para o Brasil e os estados da Região Sul no ano de 2021. De acordo com um estudo realizado pela Intelligence Unit e publicado pela revista *The Economist* (2021), a pedido da Ericsson, o aumento na velocidade de conexão das escolas à *internet* tem o potencial de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) das nações menos conectadas em até 20%. A conclusão é clara: investir

¹⁰ Idem à nota de rodapé número 9.

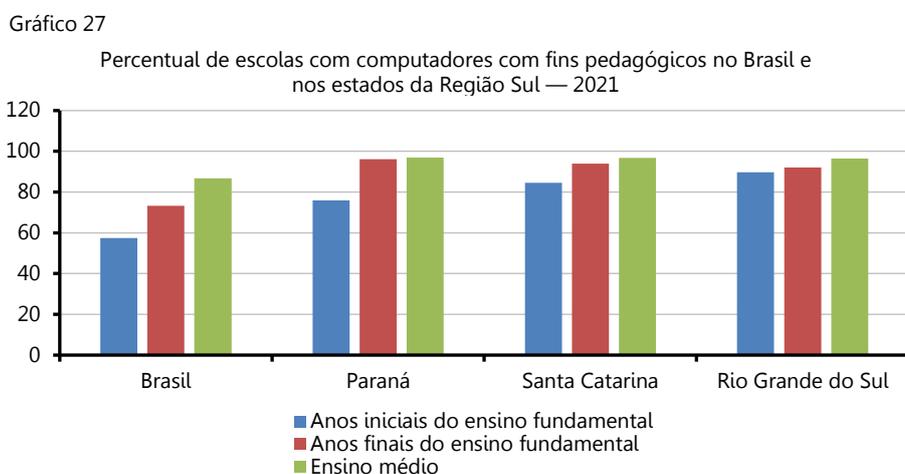
em recursos para o ensino, como, por exemplo, aumentar a velocidade de conexão à *internet* das escolas, resulta em uma mão de obra mais qualificada e instruída, elevando a probabilidade de surgimento de ideias inovadoras e impactantes. Esse cenário leva ao desenvolvimento econômico e à criação de mais oportunidades de trabalho. Lima *et al.* (2018) realizaram um estudo que constatou ganhos decorrentes do Programa Banda Larga nas Escolas nas notas de matemática do ENEM, na Região Sudeste, dos alunos que estudavam em estabelecimentos de ensino participantes daquele programa.



Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

Conforme pode ser visto no Gráfico 26, os estados da Região Sul apresentam percentuais de escolas com acesso *internet* de quase 100%, tanto nos anos iniciais como nos anos finais do ensino fundamental e também no ensino médio, e são superiores aos percentuais de acesso no Brasil. O percentual de acesso nos anos finais é levemente superior ao dos anos iniciais do ensino fundamental, e o do ensino médio é maior do que os percentuais do ensino fundamental nos três estados. No Rio Grande do Sul, os percentuais de acesso para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio são de, respectivamente, 97,5%, 98,6% e 99,4%.

No Gráfico 27, mostra-se o percentual de escolas com computadores com fins pedagógicos no Brasil e nos estados da Região Sul, no ano de 2021. O percentual de escolas com computadores com fins pedagógicos nos anos finais é um pouco maior do que o percentual de acesso dos anos iniciais do ensino fundamental nos estados da Região Sul e no Brasil. Por outro lado, o percentual de acesso no ensino médio é maior do que no ensino fundamental, tanto nos estados da Região Sul como no Brasil. No Rio Grande do Sul, os percentuais de acesso para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio são de, respectivamente, 89,7%, 92,0% e 96,4%.

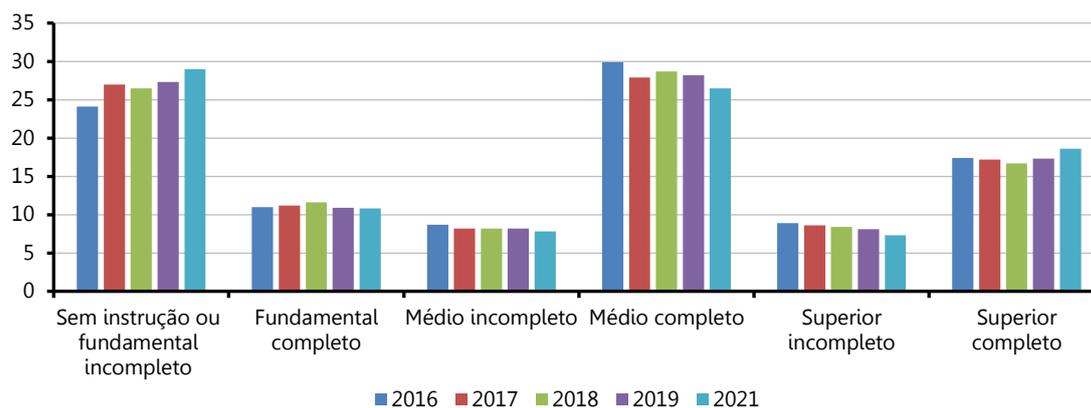


Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

No Gráfico 28, mostra-se a distribuição de usuários, com 10 anos ou mais de idade, que utilizaram *internet* nos últimos três meses, por nível de instrução, no Rio Grande do Sul, entre 2016 e 2021¹¹. As maiores participações percentuais de utilização de *internet* concentraram-se no grupo das pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto. Houve aumento de 24,1% para 29% de pessoas utilizando *internet* nesse grupo, resultando em uma variação positiva de 20,3% no período. O segundo grupo com maior utilização de *internet* foi o de pessoas com ensino médio completo. Os percentuais em 2016 e 2021 foram de 29,9% e 26,5%, respectivamente, um decréscimo de 11,4%.

Gráfico 28

Distribuição percentual de usuários, com 10 anos ou mais de idade, que utilizaram *internet* nos últimos três meses, por nível de instrução, no Rio Grande do Sul — 2016-2021



Fonte dos dados brutos: IBGE (2021)

PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Ainda no campo das habilidades técnicas e profissionais, optou-se por incluir indicadores relacionados às altas habilidades/superdotação (AH/SD). De acordo com Weschler e Fleith (2017), a definição em vigor na legislação federal para as pessoas com AH/SD é a da Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI), que foi adotada em 2008 pelo MEC, definindo os indivíduos com AH/SD como:

Alunos com Altas Habilidades/Superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (Brasil, 2008, p. 15).

Na Tabela 2, consta o número de matrículas de alunos com AH/SD na educação básica, de acordo com os dados do Censo Escolar, no período de 2015-22, para o Brasil, a Região Sul, o Paraná, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Conforme pode ser notado, o Brasil, a Região Sul, o Paraná e Santa Catarina tiveram expressivos crescimentos no número de matrículas de alunos com AH/SD entre 2015 e 2022. A maior variação ocorreu em Santa Catarina, com 508,0% de crescimento no período. A exceção foi o Rio Grande do Sul, onde o número de matrículas caiu de 1.796 para 1.606, resultando em uma variação negativa de 10,6%. Esse declínio pode ser explicado por uma expressiva queda no número de matrículas de alunos com AH/SD, entre 2015 e 2022, em alguns municípios gaúchos que, tradicionalmente, possuíam destaque na área de atendimento a esses alunos, como é o caso de Campo Bom. Em 2015, segundo os dados oficiais, havia 527 alunos com AH/SD matriculados na rede escolar municipal, o que fez Campo Bom superar Porto Alegre, a capital gaúcha, em número de superdotados matriculados, colocando o município em primeiro lugar nesse *ranking* do Rio Grande do Sul naquele ano. Um programa com oferta de oficinas a alunos foi iniciado nas unidades da rede municipal de Campo Bom em 2009, onde estudantes com AH/SD se destacaram, estimulando a secretaria municipal de educação a iniciar o atendimento em 2011 (Oliveira, 2021). No entanto, em 2022, o número de matrículas de alunos com AH/SD de Campo Bom caiu para 133 registros, resultando em uma variação negativa de 74,7% e uma diminuição de 394 matrículas, em termos absolutos, em relação a 2015,

¹¹ Os dados para o ano de 2020 não estão disponíveis.

ficando o município em segundo lugar no *ranking*, atrás de Porto Alegre, que registrou 245 matrículas, contra 176 em 2015, gerando um crescimento de 39,2%, mas insuficiente para compensar a queda no número de matrículas de Campo Bom. Mas, mesmo se não tivesse havido esse declínio no caso de Campo Bom, o Rio Grande do Sul, ainda assim, estaria em desvantagem comparativa no período, com um desempenho inferior ao do Brasil, da Região Sul, do Paraná e de Santa Catarina, o que sinaliza a carência de uma política pública efetiva para alavancar o cenário das AH/SD no estado gaúcho.

Tabela 2

Número de matrículas de alunos com altas habilidades/superdotação, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22 (%)

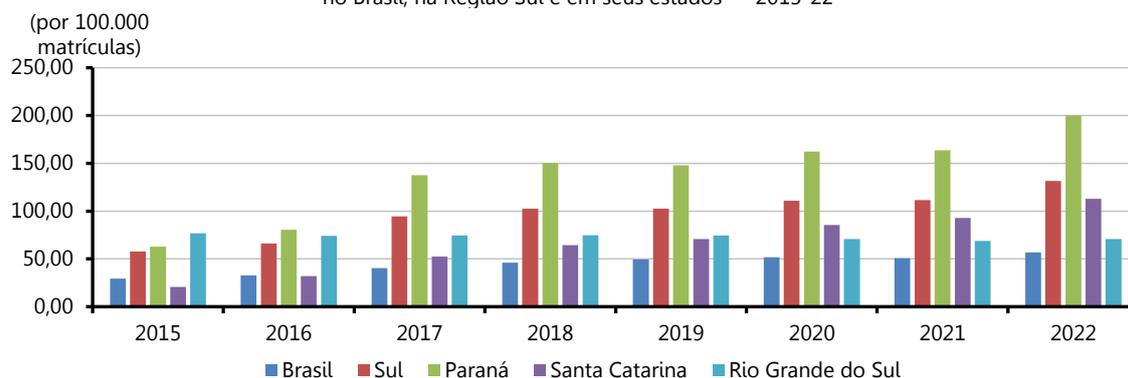
REGIÕES	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação %
Brasil	14.407	15.995	19.699	22.382	23.653	24.424	23.758	26.815	86,1
Região Sul	3.725	4.298	6.121	6.663	6.650	7.117	6.923	8.478	127,6
Paraná	1.615	2.079	3.572	3.906	3.803	4.144	3.884	4.963	207,3
Santa Catarina	314	488	805	1.020	1.139	1.387	1.524	1.909	508,0
Rio Grande do Sul	1.796	1.731	1.744	1.737	1.708	1.586	1.515	1.606	-10,6

Fonte dos dados brutos: INEP (2022d).

A evolução do cenário das AH/SD também pode ser avaliada por outro indicador, apresentado no Gráfico 29. Nele, mostra-se a taxa de matrículas de alunos com AH/SD no Brasil, na Região Sul e em seus respectivos estados. Esse indicador é calculado como a divisão do número de matrículas de alunos com AH/SD da UF pelo seu respectivo total de matrículas na educação básica, multiplicado por 100.000.

Gráfico 29

Taxa de matrículas de alunos com altas habilidades/superdotação na educação básica, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022d).

O Paraná apresentou a mais alta taxa de matrículas da Região Sul, que passou de 62,88 em 2015 para 199,93 por 100.000 alunos matriculados na educação básica em 2022, uma variação de 217,9%. O destaque do Paraná pode ter como uma explicação possível o fato de esse estado ter o maior número de programas de atendimento educacional especializado (AEE) a alunos com AH/SD no Brasil. São oito programas no total, segundo Marques (2016). Por outro lado, a maioria das UFs dispõe apenas de um único serviço de atendimento, que é aquele fornecido pelos Núcleos de Atendimento de Altas Habilidades (NAAHS). No entanto, foi Santa Catarina que apresentou a maior expansão no indicador, que cresceu de 20,65 para 112,77, resultando em uma variação de 446,2%. Esse desempenho pode ter como uma das explicações a implementação da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, em 2009 (NEESP, 2018). Por outro lado, o Rio Grande do Sul teve queda na taxa de matrículas, de 76,49 para 70,86, o que implicou variação negativa de 7,4% no período. A explicação para esse fenômeno está relacionada ao mau desempenho de municípios que antes eram destaque no cenário gaúcho das AH/SD, como é o caso de Campo Bom, conforme mostrado no parágrafo anterior.

Como pode ser observado no Gráfico 29, em 2015, o Rio Grande do Sul tinha uma taxa de matrículas maior do que as taxas de Brasil, Paraná e Santa Catarina. No entanto, em 2022, após sucessivas quedas, a taxa gaúcha tornou-se menor do que a desses dois estados e maior apenas do que a taxa do Brasil.

META 4.5 - ATÉ 2030, ELIMINAR AS DISPARIDADES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO E GARANTIR A IGUALDADE DE ACESSO A TODOS OS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS MAIS VULNERÁVEIS, INCLUINDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POVOS INDÍGENAS E AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Adaptação da meta 4.5 para o Brasil

Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

O IPEA adaptou a meta 4.5 conforme consta acima. A alteração do texto foi proposta tendo em vista as desigualdades educacionais no Brasil, que são mais aprofundadas em termos raciais que de gênero, e também para dar visibilidade aos grupos em vulnerabilidade, que geralmente são ignorados na elaboração das políticas públicas.

Na Tabela 3, apresentam-se as taxas de analfabetismo de pessoas de mais de 15 anos, por sexo, no Brasil e nos estados da Região Sul. Nos números nacionais, as mulheres têm taxas mais baixas que os homens, o que não acontece nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, onde as mulheres apresentam, ao longo de toda a série histórica, taxas mais altas que os homens. No entanto, no Rio Grande do Sul, as taxas variam ao longo da série histórica disposta na tabela: ora as mulheres têm maiores taxas de analfabetismo, ora os homens. De forma geral, o Rio Grande do Sul tem taxas mais baixas que o Brasil e o Paraná, mas um pouco mais elevadas que as de Santa Catarina.

Tabela 3

Percentuais de analfabetismo entre homens e mulheres com mais de 15 anos no Brasil e nos estados da Região Sul — 2016-2022

REGIÕES	2016		2017		2018		2019		2022	
	Homens	Mulheres								
Brasil	7,0	6,5	6,7	6,3	6,5	6,1	6,4	5,8	5,9	5,4
Paraná	3,7	4,4	3,3	5,1	3,8	5,2	3,5	4,8	3,2	4,7
Santa Catarina	2,4	2,9	2,1	2,7	2,1	2,4	1,9	2,3	1,9	2,4
Rio Grande do Sul	3,1	2,9	2,7	2,9	2,7	2,9	2,4	2,4	2,4	2,6

Fonte dos dados brutos: IBGE (2022c).

As desigualdades das taxas de analfabetismo são bem maiores entre brancos e pretos ou pardos, sempre maiores entre os últimos do que entre os sexos, como se vê na Tabela 4. Assim como acontece entre homens e mulheres, as taxas de analfabetismo de brancos e de pretos ou pardos são menores nos estados da Região Sul do que no Brasil, embora as razões entre os dois grupos, nos diferentes territórios aqui analisados, sejam bem aproximadas.

Tabela 4

Percentuais de analfabetismo entre brancos e pretos ou pardos com mais de 15 anos no Brasil e nos estados da Região Sul — 2016-2022

REGIÕES	2016		2017		2018		2019		2022	
	Branca	Preta ou Parda								
Brasil	3,8	9,1	3,8	8,7	3,6	8,4	3,3	8,2	3,4	7,4
Paraná	2,8	7,0	3,2	6,6	3,2	7,2	2,8	6,6	3,1	5,6
Santa Catarina	2,2	5,5	2,0	4,5	1,8	4,1	1,6	4,3	1,8	3,6
Rio Grande do Sul	2,6	5,1	2,3	5,2	2,1	5,4	1,8	4,7	2,0	4,3

Fonte dos dados brutos: IBGE (2022d).

Na Tabela 5, constam o número de anos de estudo de pessoas com 15 anos ou mais e como esses dados são distribuídos entre homens e mulheres. Em todos os estados da Região Sul e no Brasil, e em todos os anos da pesquisa, as mulheres têm mais anos de estudo que os homens, mas as diferenças não chegam a ser grandes, sendo a maior de 0,4.

Tabela 5

Média de anos de estudo entre mulheres e homens com mais de 15 anos no Brasil e nos estados da Região Sul — 2016-2022

REGIÕES	2016		2017		2018		2019		2022	
	Homens	Mulheres								
Brasil	9,1	9,5	9,3	9,7	9,4	9,9	9,6	10,0	9,9	10,3
Paraná	9,4	9,6	9,5	9,7	9,7	9,8	9,9	10,1	10,0	10,2
Santa Catarina	9,6	9,7	9,9	10,0	10,0	10,1	10,1	10,2	10,3	10,5
Rio Grande do Sul	9,6	9,9	9,6	10,0	9,7	10,0	10,0	10,2	10,2	10,4

Fonte dos dados brutos: IBGE (2022e).

Como acontece com as taxas de analfabetismo citadas acima, as clivagens entre os grupos de diferentes raças/cores são maiores que entre os sexos. Na Tabela 6, podem-se comparar os números do início e do final da série, e, embora os anos de estudos dos dois grupos observados tenham aumentado, a diferença, no Rio Grande do Sul, permanece a mesma: 1,4 ano.

Tabela 6

Média de anos de estudo entre brancos e pretos ou pardos com mais de 15 anos no Brasil e nos estados da Região Sul — 2016-2022

REGIÕES	2016		2017		2018		2019		2022	
	Branca	Preta ou Parda								
Brasil	10,3	8,6	10,4	8,8	10,6	8,9	10,7	9,1	10,9	9,4
Paraná	10,0	8,3	10,1	8,5	10,3	8,7	10,6	8,9	10,6	9,2
Santa Catarina	9,8	8,5	10,2	8,9	10,3	9,3	10,4	9,1	10,6	9,6
Rio Grande do Sul	10,0	8,6	10,1	8,5	10,1	8,7	10,4	9,1	10,6	9,2

Fonte dos dados brutos: IBGE (2022f).

Na Tabela 7, apresenta-se a comparação de percentuais de pessoas brancas e pretas ou pardas, maiores de 14 anos, com diferentes níveis de instrução. Como regra geral, nos diferentes territórios aqui medidos, pretos e pardos têm maiores percentuais nos estratos mais baixos, desde "sem instrução" até "ensino médio incompleto". No estrato seguinte, "ensino médio completo", brancos têm maior percentual na Região Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Nos estratos relativos ao ensino superior, seja incompleto ou completo, os brancos apresentam maiores percentuais, com diferenças bem maiores no segundo. Por exemplo, enquanto, no RS, a diferença entre brancos e pretos ou pardos com ensino superior incompleto é de cerca de 2 p.p., o mesmo dado a respeito do ensino superior completo é de cerca de 12 p.p. Ao mesmo tempo, enquanto o RS apresenta o menor percentual de pretos ou pardos classificados como "sem instrução", 3,2%, também tem o menor percentual de pretos ou pardos com ensino superior completo, 6,9%.

Tabela 7

Percentuais de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução, no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2022

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	BRASIL		REGIÃO SUL		RS		PR		SC	
	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda
Sem instrução	3,4	6,1	2,4	4,3	1,7	3,2	3,3	5,1	2,5	3,5
Fundamental incompleto ...	22,2	29,3	25,6	32,5	27,8	35,2	23,7	32	24,4	29,5
Fundamental completo	8,2	9,1	10,1	12,4	10,5	13,2	9,1	11,4	10,9	13,9
Médio incompleto	7,0	9,4	7,1	10,3	7,0	11,0	7,2	10,1	7,2	9,6
Médio completo	29,6	31,4	28,0	27,6	26,4	25,5	29,2	28,2	29,1	29,2
Superior incompleto	6,5	4,3	6,5	4,5	7,2	5,0	6,0	4,0	6,0	4,7
Superior completo	23,1	10,3	20,2	8,5	19,3	6,9	21,6	9,1	19,8	9,7

Fonte dos dados brutos: IBGE (2022g).

Na Tabela 8, apresenta-se a taxa de escolarização, ou seja, a razão entre o número de estudantes de uma faixa etária e o total de pessoas dessa mesma faixa etária, de diferentes grupos de idade e por sexo, para o ano de 2022. Em comparação com os outros estados e com o Brasil, o Rio Grande do Sul só tem menor percentual de crianças de zero a três anos que estão estudando do que o Paraná. Quando se passa para a idade de quatro a cinco anos, o estado gaúcho apresenta menor percentual que os outros estados da Região Sul e o Brasil. Em todos os quatro grupos considerados, o ensino entre estudantes de seis a 14 anos está praticamente universalizado. Para as idades típicas de estudantes do ensino médio, de 15 a 17 anos, as taxas do Rio Grande do Sul são bem próximas das do Brasil e das de Santa Catarina, que são cerca de 7 p.p. maiores que as do Paraná. Dos 18 aos 24 anos, o RS tem a maior taxa total de estudantes dentre os estados considerados.

Quando se verifica a distribuição dessa taxa entre homens e mulheres gaúchas, nas idades consideradas, há proximidade dos valores até a terceira faixa, de seis a 14 anos. No entanto, nas faixas seguintes, as mulheres apresentam taxas maiores que as dos homens: 95% e 91,8% para a faixa etária de 15 a 17 anos; e 38,4% e 30,5% para a de 18 a 24 anos. Esse fenômeno também acontece nos outros estados da Região Sul, sobretudo para a última faixa etária analisada.

Tabela 8

Taxa de escolarização total, por sexo e grupo de idade, no Brasil e nos estados da Região Sul — 2022

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
			(%)
Brasil			
De 0 a 3 anos	36,0	35,8	36,2
De 4 a 5 anos	91,5	91,3	91,8
De 6 a 14 anos	99,4	99,2	99,5
De 15 a 17 anos	92,2	91,9	92,5
De 18 a 24 anos	30,4	28,1	32,6
Paraná			
De 0 a 3 anos	38,3	36,3	40,7
De 4 a 5 anos	92,6	94,4	90,8
De 6 a 14 anos	99,1	98,8	99,6
De 15 a 17 anos	86,3	86,8	85,7
De 18 a 24 anos	31,2	27,9	34,7
Santa Catarina			
De 0 a 3 anos	48,6	49,3	47,8
De 4 a 5 anos	93,4	93,9	92,8
De 6 a 14 anos	99,4	99,2	99,6
De 15 a 17 anos	93,1	93,6	92,6
De 18 a 24 anos	32,3	28,6	36,5
Rio Grande do Sul			
De 0 a 3 anos	40,3	40,9	39,7
De 4 a 5 anos	89,0	88,6	89,2
De 6 a 14 anos	99,5	99,5	99,4
De 15 a 17 anos	93,3	91,8	95,0
De 18 a 24 anos	34,2	30,5	38,4

Fonte dos dados brutos: IBGE (2022h).

Quando se considera a mesma variável, a taxa de escolarização por grupos de idade, mas agora por raça/cor, verifica-se que, no Rio Grande do Sul, os brancos de zero a três anos têm taxa maior que os pretos ou pardos, cerca de 4 p.p., enquanto, nas duas faixas etárias seguintes, as taxas são bem aproximadas. A diferença volta a aumentar nas faixas de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, 4 p.p. e 9 p.p. a favor dos brancos respectivamente. Na Tabela 9, exibem-se os dados, e pode-se notar que o cenário do RS é semelhante ao do Brasil e aos dos outros estados da Região Sul, de maiores taxas de escolarização entre os brancos nas faixas etárias de 0 a 3 anos, de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. A única exceção é no Estado do Paraná, na faixa etária de zero a três anos, quando as taxas de escolarização de ambos os grupos são mais aproximadas.

Tabela 9

Taxa de escolarização, por raça e cor e grupo de idade, no Brasil e nos estados da Região Sul — 2022

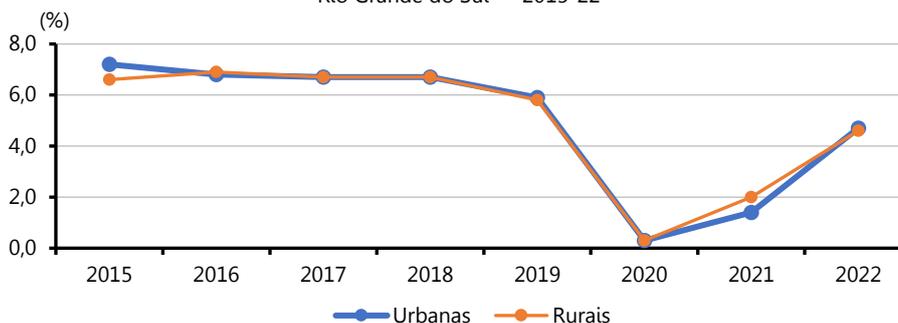
DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	BRANCA	(%)
			PRETA OU PARDA
Brasil			
De 0 a 3 anos	36,0	38,3	34,0
De 4 a 5 anos	91,5	92,0	91,1
De 6 a 14 anos	99,4	99,5	99,3
De 15 a 17 anos	92,2	92,9	91,8
De 18 a 24 anos	30,4	36,7	26,2
Paraná			
De 0 a 3 anos	38,3	38,0	39,3
De 4 a 5 anos	92,6	92,3	93,0
De 6 a 14 anos	99,1	99,4	98,7
De 15 a 17 anos	86,3	87,1	84,8
De 18 a 24 anos	31,2	36,0	23,7
Santa Catarina			
De 0 a 3 anos	48,6	49,3	45,3
De 4 a 5 anos	93,4	93,8	91,9
De 6 a 14 anos	99,4	99,7	98,3
De 15 a 17 anos	93,1	95,0	86,7
De 18 a 24 anos	32,3	35,9	22,1
Rio Grande do Sul			
De 0 a 3 anos	40,3	41,2	36,8
De 4 a 5 anos	89,0	88,8	89,7
De 6 a 14 anos	99,5	99,6	99,1
De 15 a 17 anos	93,3	94,3	90,3
De 18 a 24 anos	34,2	36,5	27,3

Fonte dos dados brutos: IBGE (2022i).

Uma forma de analisar as disparidades no acesso e na qualidade da educação oferecida a alguns dos grupos citados pela meta adaptada do IPEA, sobretudo as populações do campo, é comparar as taxas de reprovação, de abandono e de distorção idade-série nos ensinos fundamental e médio do Estado. Os dados que tratam das taxas de reprovação no RS, de 2015 a 2022, mostram que, nos anos iniciais do ensino fundamental, não há diferenças entre as escolas urbanas e as rurais, e as linhas que mostram o comportamento dos dois índices variam junto ao longo do tempo, quase ficando sobrepostas. Nos anos finais, por outro lado, as taxas de reprovação nas escolas urbanas eram bem maiores até 2019, mas, a partir daí, ficaram mais aproximadas. No ensino médio, novamente as escolas urbanas iniciaram a série histórica com maior percentual de reprovação. No entanto, desde 2020, deu-se uma inversão, com as escolas rurais passando a ter maior percentual de alunos não aprovados ao final do ano. Nos três casos, pode-se notar a queda das taxas de reprovação a quase zero nos dois grupos de escolas, fruto da política adotada pelas escolas, por conta da pandemia de COVID-19, de aprovar automaticamente os alunos, como citado anteriormente.

Gráfico 30

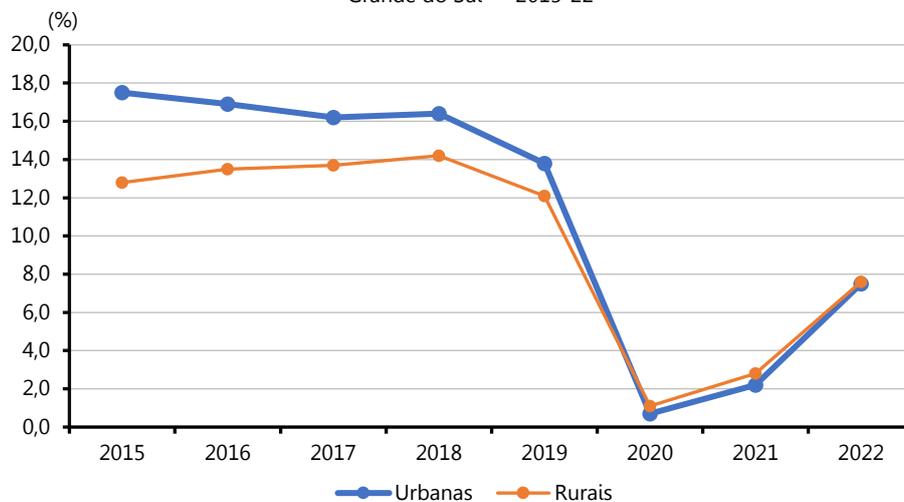
Taxa de reprovação em escolas urbanas e rurais, nos anos iniciais do ensino fundamental, no Rio Grande do Sul — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

Gráfico 31

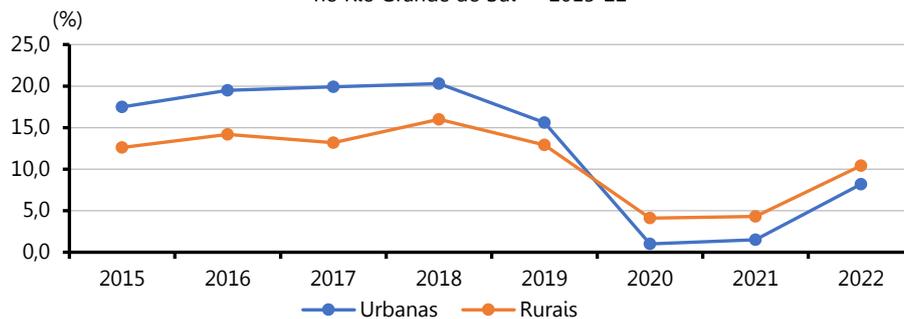
Taxa de reprovação em escolas urbanas e rurais, nos anos finais do ensino fundamental, no Rio Grande do Sul — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

Gráfico 32

Taxa de reprovação em escolas urbanas e rurais, no ensino médio, no Rio Grande do Sul — 2015-22

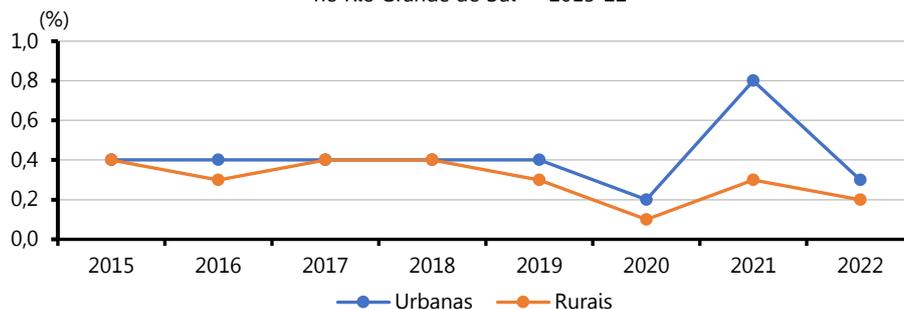


Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

Nos Gráficos 33, 34 e 35, mostra-se a comparação entre as taxas de abandono de escolas urbanas e rurais. Apenas no ano de 2021, com relação aos anos iniciais do ensino fundamental, houve uma diferença maior entre os dois grupos, sendo as taxas das escolas urbanas maiores, mas, mesmo assim, os percentuais foram todos menores que 1%. Nos anos finais, os percentuais das escolas rurais mostraram-se maiores desde o início da série histórica até 2020, quando houve uma inversão em 2021, e uma nova troca de posições em 2022, voltando as escolas rurais a terem maior percentual de abandono. No ensino médio, as taxas apresentam comportamentos homogêneos, de acréscimos e decréscimos aproximados, e sempre as escolas urbanas com maiores percentuais.

Gráfico 33

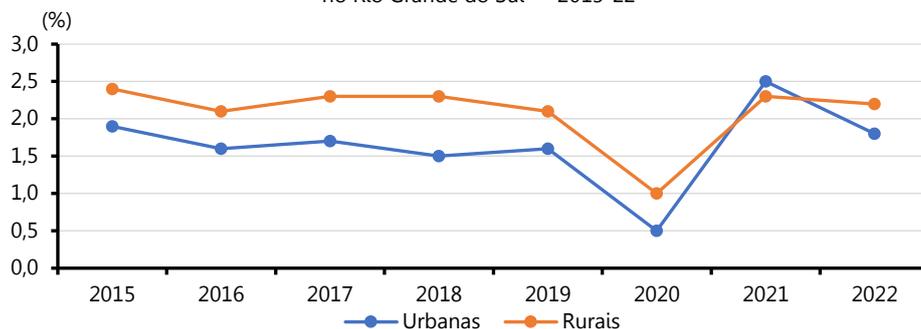
Taxa de abandono em escolas urbanas e rurais, nos anos iniciais do ensino fundamental, no Rio Grande do Sul — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

Gráfico 34

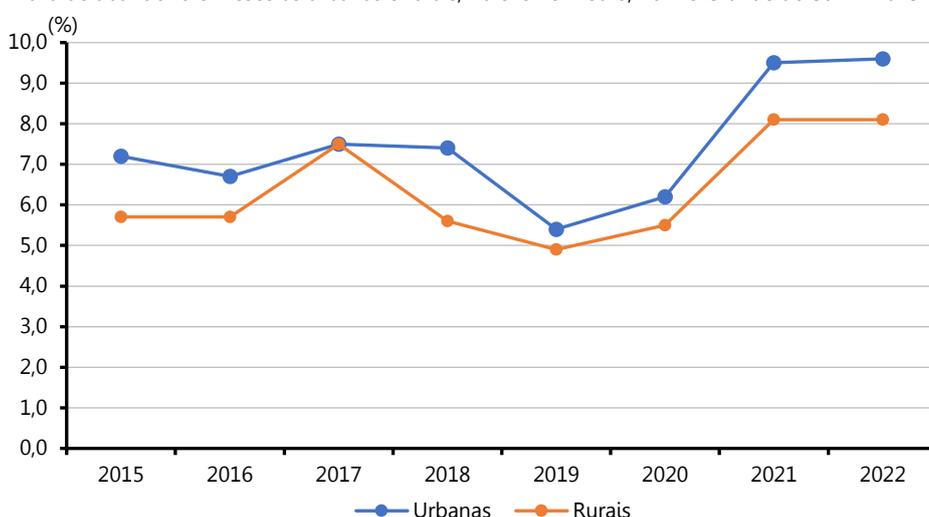
Taxa de abandono em escolas urbanas e rurais, nos anos finais do ensino fundamental, no Rio Grande do Sul — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

Gráfico 35

Taxa de abandono em escolas urbanas e rurais, no ensino médio, no Rio Grande do Sul — 2015-22

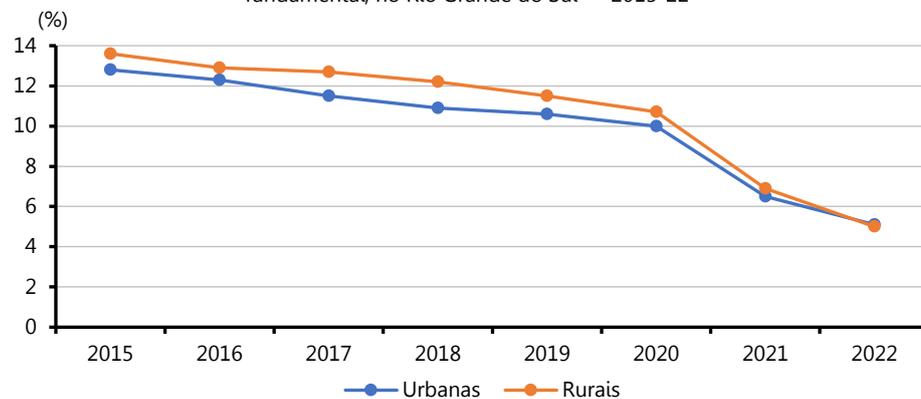


Fonte dos dados brutos: INEP (2022h).

A respeito das taxas de distorção idade-série, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, os percentuais de alunos que têm dois ou mais anos de atraso nas escolas rurais, desde 2015, são maiores que os dos alunos das escolas urbanas (exceto em 2022 nos anos iniciais). No ensino médio, o comportamento das taxas é mais variado, mas, desde 2020, os percentuais das escolas rurais têm-se mostrado maiores.

Gráfico 36

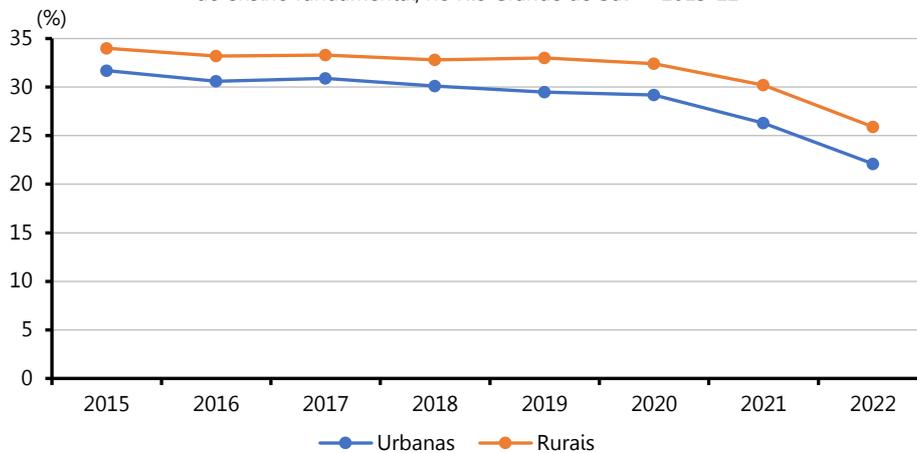
Taxa de distorção idade-série em escolas urbanas e rurais, nos anos iniciais do ensino fundamental, no Rio Grande do Sul — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022g).

Gráfico 37

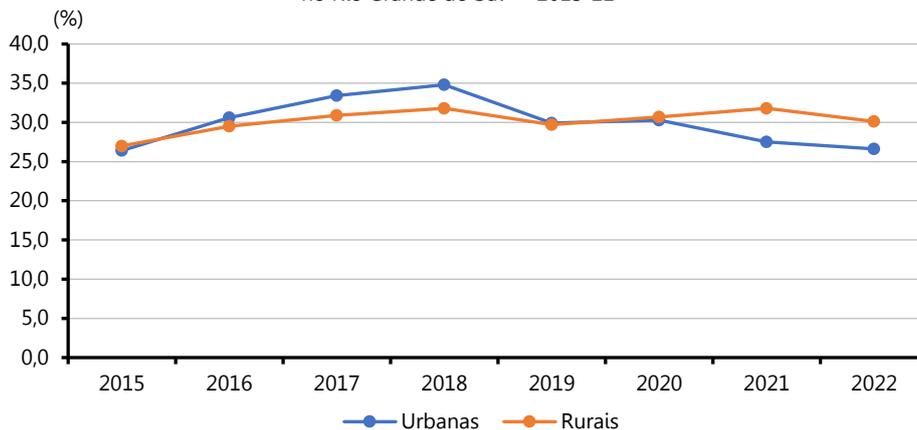
Taxa de distorção idade-série em escolas urbanas e rurais, nos anos finais do ensino fundamental, no Rio Grande do Sul — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022g).

Gráfico 38

Taxa de distorção idade-série em escolas urbanas e rurais, no ensino médio, no Rio Grande do Sul — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022g).

META 4.6 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS JOVENS E UMA SUBSTANCIAL PROPORÇÃO DOS ADULTOS, HOMENS E MULHERES ESTEJAM ALFABETIZADOS E TENHAM ADQUIRIDO O CONHECIMENTO BÁSICO DE MATEMÁTICA

Adaptação da meta 4.6 para o Brasil

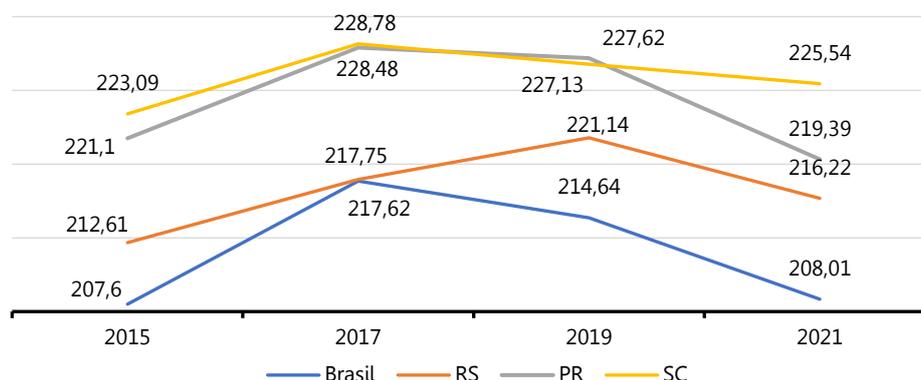
Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

A alteração proposta pelo IPEA levou em conta a meta de erradicação do analfabetismo em pessoas com mais de 15 anos, presente no PNE 2014-24, assim como o fato de que tais habilidades destacadas formam o IDEB, principal indicador de avaliação da qualidade da educação básica no Brasil. Para avaliar essa meta, analisam-se as médias estaduais e a nacional nas provas de língua portuguesa e matemática do SAEB.

As médias nas provas de língua portuguesa e matemática vinham passando por um incremento a cada edição do SAEB desde 2015, em todos os níveis e todas as redes de ensino consideradas nesta análise. No entanto, em 2021, nas provas aplicadas para os alunos do 5.º ano do ensino fundamental, houve redução em todos os recortes territoriais aqui analisados, e o Rio Grande do Sul perdeu cerca de cinco pontos em língua portuguesa e cerca de seis pontos em matemática.

Gráfico 39

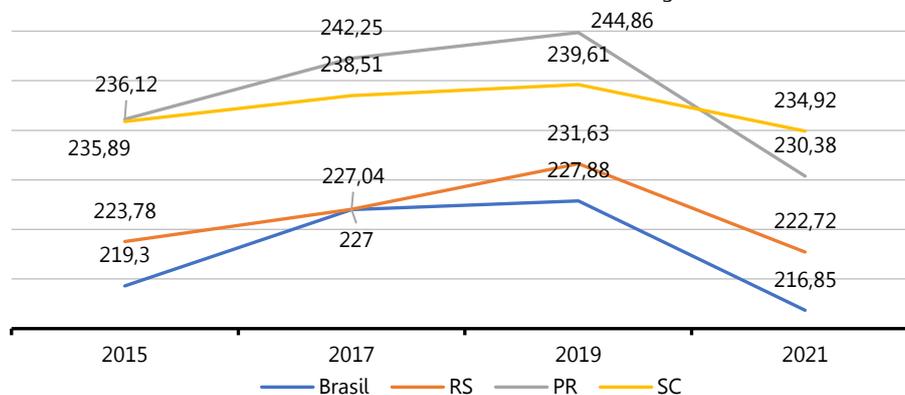
Médias nas provas de língua portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do 5.º ano do ensino fundamental no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Gráfico 40

Médias nas provas de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do 5.º ano do ensino fundamental no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-2021

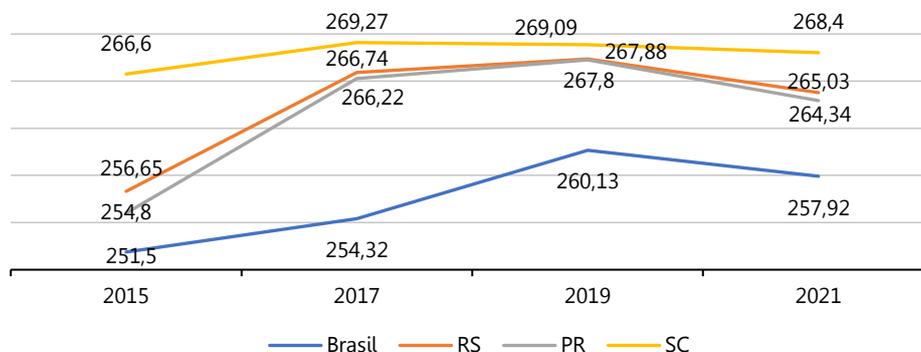


Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Nas provas para o 9.º ano do ensino fundamental, a diminuição da média dos alunos gaúchos em língua portuguesa foi de 2,8 pontos, enquanto, em matemática, foi de cerca de sete pontos.

Gráfico 41

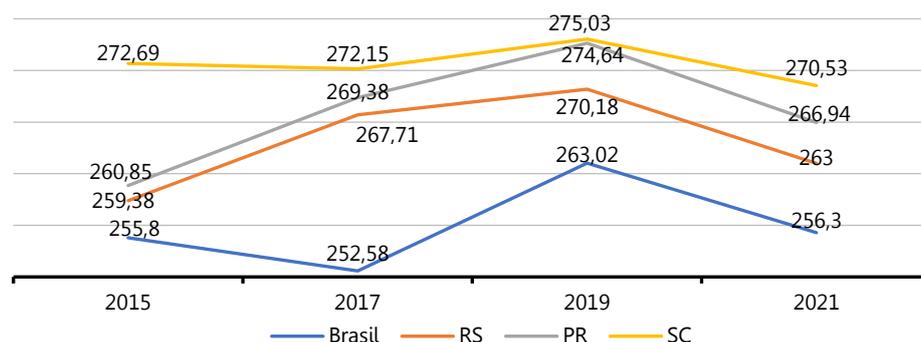
Médias nas provas de língua portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do 9.º ano do ensino fundamental no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Gráfico 42

Médias nas provas de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do 9.º ano do ensino fundamental no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-2021

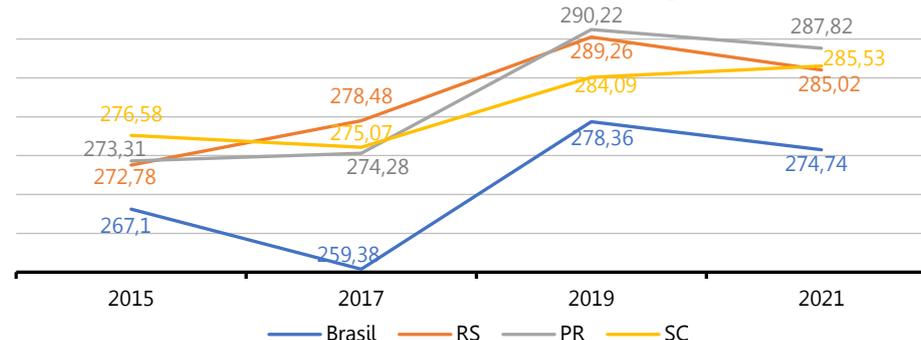


Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Por fim, entre os alunos gaúchos da 3.ª série do ensino médio, o desempenho entre 2019 e 2021 também caiu nas duas disciplinas: em matemática, a média foi de 291,04 para 281, enquanto, em língua portuguesa, a mudança foi de 289,26 em 2019 para 285,02 em 2021. Nesse nível de ensino, encontra-se a única exceção do fenômeno de diminuição das médias do SAEB entre os anos de 2019 e 2021: a média das provas de língua portuguesa da rede total de Santa Catarina teve um incremento de pouco mais de um ponto.

Gráfico 43

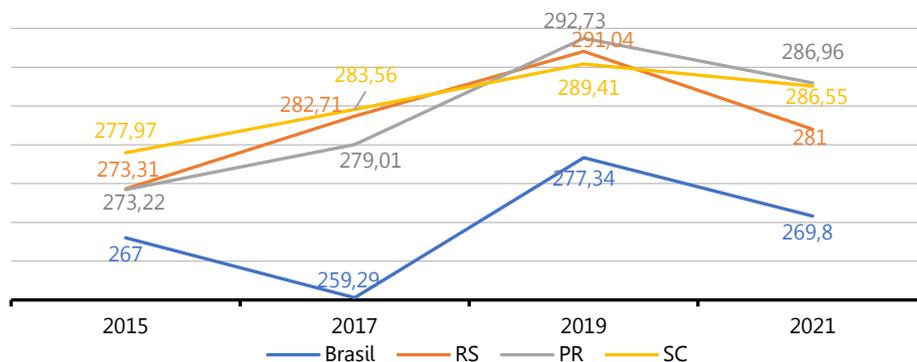
Médias nas provas de língua portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do 3.º ano do ensino médio no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Gráfico 44

Médias nas provas de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos do 3.º ano do ensino médio no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-2021



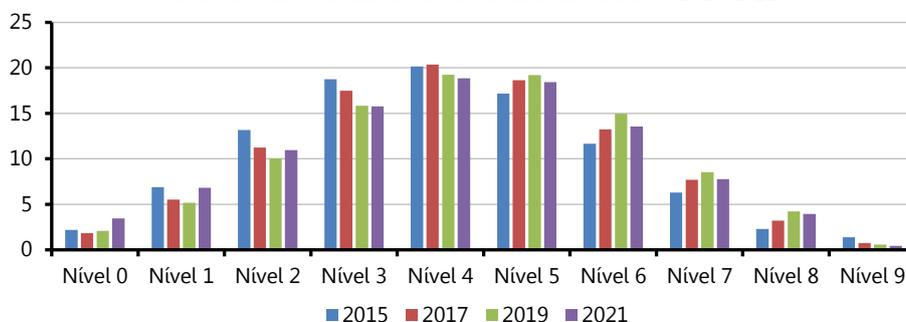
Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Partindo das notas obtidas em cada uma das provas, o INEP classifica os alunos em uma escala de níveis de proficiência, que parte do nível mais baixo, o nível 0 — quando o aluno enquadrado nesse nível não demonstra habilidades muito elementares —, para o mais alto, que pode variar de acordo com a disciplina e o nível de ensino¹². Como cenário geral, percebe-se que houve melhoria na distribuição dos alunos gaúchos entre os diferentes níveis de 2015 para 2019, isto é, diminuição dos percentuais de alunos classificados nos níveis mais baixos e aumento nos mais altos. No entanto, houve a inversão desse panorama em 2021, quando, em resumo, deu-se o aumento nos níveis mais baixos e consequente diminuição nos níveis mais altos.

Fazendo a análise da variação dos percentuais desde 2015, percebe-se que, entre os alunos gaúchos do 5.º ano do ensino fundamental, houve um aumento dos que foram classificados no nível mais baixo, tanto em língua portuguesa quanto em matemática, e uma diminuição no nível mais alto em cada uma das disciplinas, o nível 9 para língua portuguesa e o nível 10 para matemática. Além disso, nas duas disciplinas, a distribuição dos alunos apresentou características diferentes nos demais níveis: enquanto, em língua portuguesa, houve diminuição nos níveis 2 ao 4 e aumento entre os níveis 0, 1 e 5 a 8, em matemática ocorreu um pequeno aumento ou estabilidade em níveis baixos (0 ao 3) e nos altos (6 ao 8) e diminuição nos níveis intermediários (4 e 5). No entanto, comparando os dados de 2021 apenas com os da edição anterior, 2019, em língua portuguesa, houve aumento no percentual de alunos classificados nos níveis mais baixos, 0 a 2, e diminuição nos demais níveis, enquanto, em matemática, ocorreu aumento nos percentuais de estudantes que atingiram os níveis 0 a 3, estabilidade no nível 4, e decréscimo nos demais, 5 a 10.

Gráfico 45

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de língua portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos de 5.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015-2021

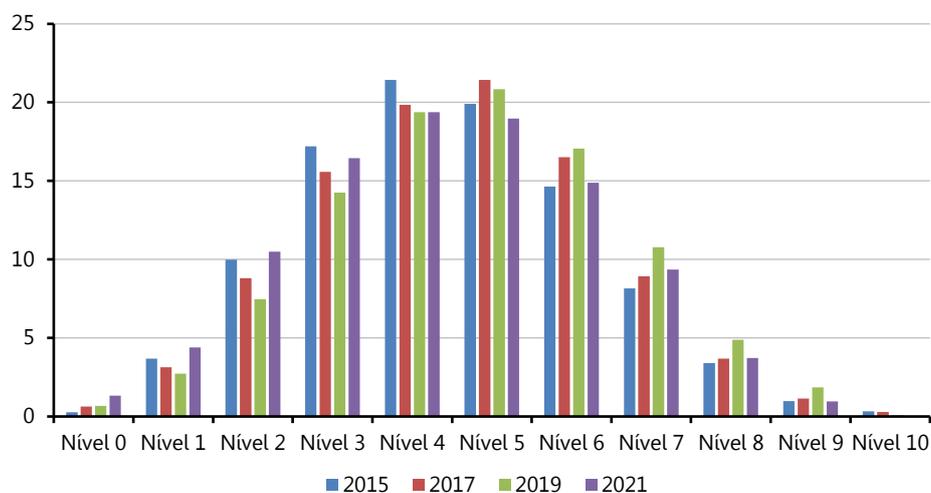


Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

¹² Para língua portuguesa, no 5.º ano do ensino fundamental, vai-se até o nível 9; no 9.º ano do ensino fundamental e na 3.ª série do ensino médio, até o nível 8. Em matemática, no 5.º ano do ensino fundamental e na 3.ª série do ensino médio, vai-se até o nível 10; no 9.º ano do ensino fundamental, até o nível 9.

Gráfico 46

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos de 5.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015-2021

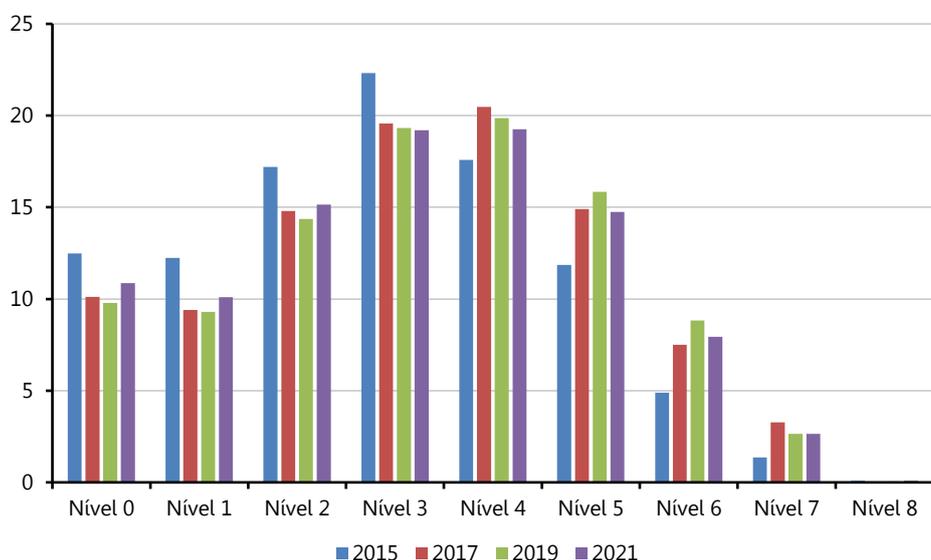


Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

No 9.º ano do ensino fundamental, comparando as notas de 2015 e 2021 em língua portuguesa, aumentou o percentual de alunos gaúchos classificados entre os níveis 4 e 7, enquanto diminuiu o dos níveis 0 a 3, com estabilidade no mais alto, o nível 8. Na comparação entre as duas últimas edições do teste, houve aumento no percentual de alunos classificados nos níveis 0 a 2, estabilidade nos níveis 3 e 8 e queda nos demais, 4 a 7.

Gráfico 47

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de língua portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos de 9.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015-2021

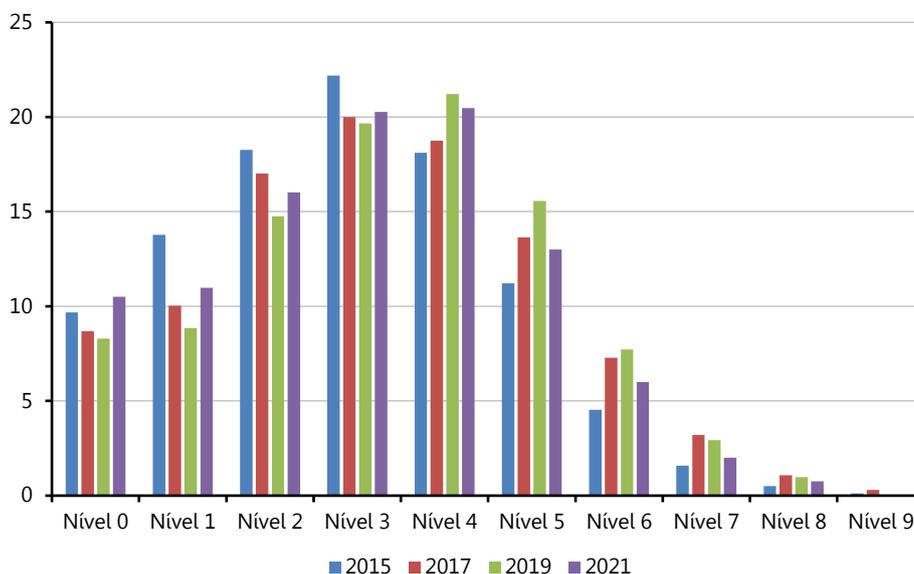


Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Em matemática, também no 9.º ano do ensino fundamental, ocorreu um fenômeno aproximado: comparando os anos de 2015 e 2021, houve diminuição dos percentuais de alunos enquadrados nos níveis baixos, do 1 ao 3 (embora tenha havido um leve aumento no nível 0), aumento nos níveis 4 a 8, e uma redução a 0 no nível 9, que era de 0,11 em 2015. Os dados de 2021, em comparação com os de 2019, apresentaram a seguinte configuração: aumento de percentuais nos níveis 0 a 3, diminuição nos níveis 4 a 8 e nenhum aluno classificado no nível mais alto nas duas edições.

Gráfico 48

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos de 9.º ano do ensino fundamental no Rio Grande do Sul — 2015-2021

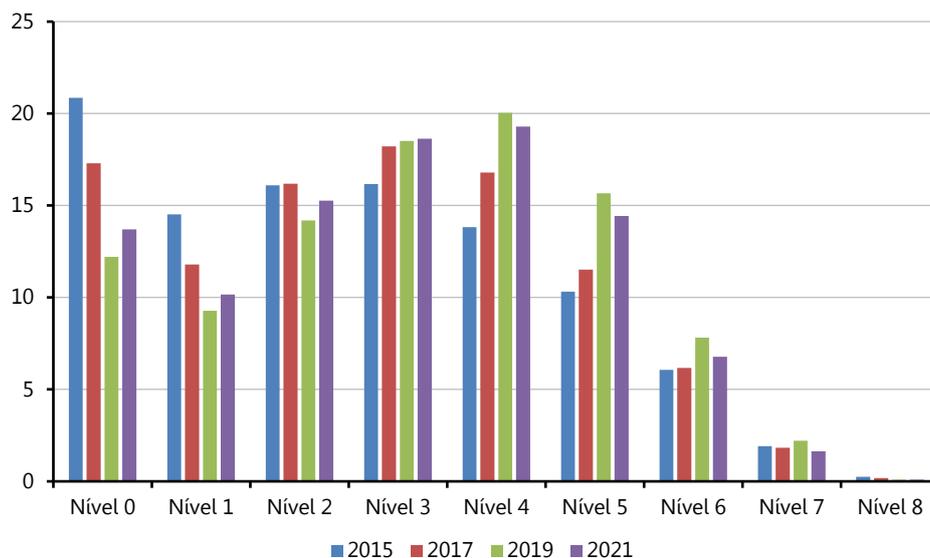


Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Entre os alunos da 3.ª série do ensino médio, quando comparadas as médias das notas dos anos de 2015 e 2021, em língua portuguesa, houve diminuição dos percentuais nas duas extremidades de níveis, de 0 a 2 e de 7 a 8, e crescimento nos níveis intermediários, de 3 a 6. Em matemática, também houve diminuição nos níveis mais baixos, 0 a 2, aumento nos níveis médios, 3 a 6, além de estabilidade nos níveis 7 a 10.

Gráfico 49

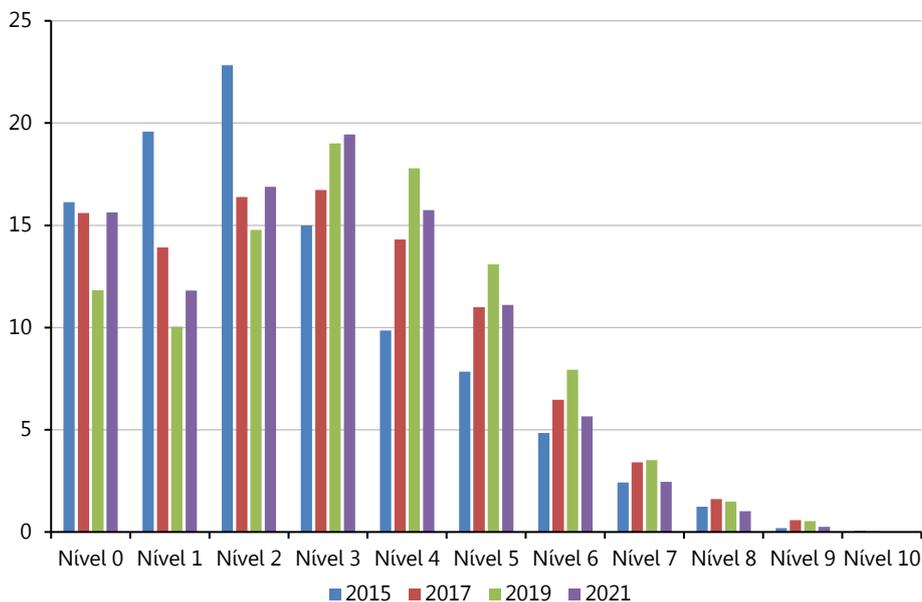
Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de língua portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos da 3.ª série do ensino médio no Rio Grande do Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

Gráfico 50

Distribuição percentual, por níveis de proficiência, das médias das provas de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de alunos da 3.ª série do ensino médio no Rio Grande do Sul — 2015-2021



Fonte dos dados brutos: INEP (2022c).

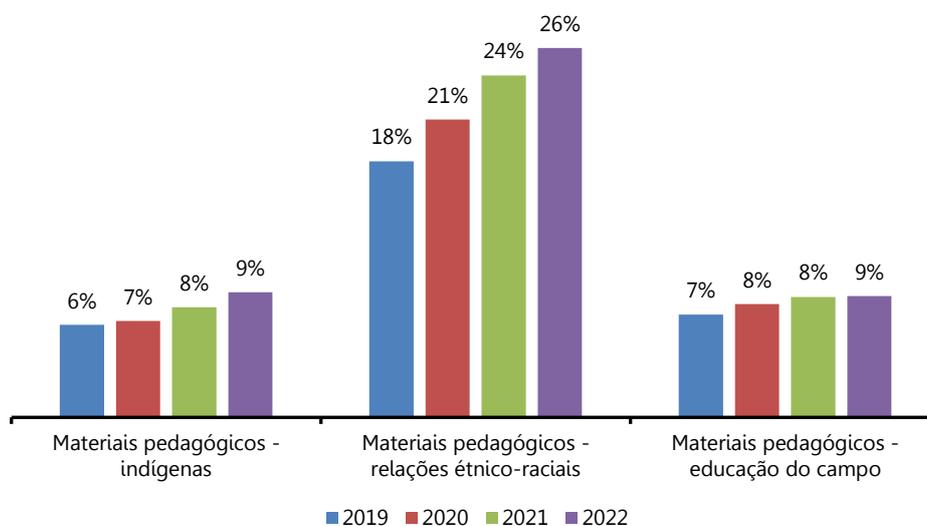
No entanto, o cenário de 2021 não é tão positivo quando comparado apenas com os dados de 2019. Em língua portuguesa, houve aumento dos percentuais de alunos que atingiram os níveis 0 a 3, diminuição nos níveis 4 a 7 e estabilidade no 8, enquanto, em matemática, também ocorreu aumento de percentuais nos níveis 0 a 3, queda nos níveis 4 a 9 e manutenção de nenhum aluno classificado no nível 10, o mais alto.

META 4.7 - ATÉ 2030, GARANTIR QUE TODOS OS ALUNOS ADQUIRAM CONHECIMENTOS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUSIVE, ENTRE OUTROS, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ESTILOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS, DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO, PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA, CIDADANIA GLOBAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para verificar se os alunos gaúchos têm tido contato com conhecimentos que podem levar à valorização da diversidade cultural, pode-se examinar a quantidade de escolas no Rio Grande do Sul que possuem materiais pedagógicos que tratam dos povos e comunidades tradicionais (PCTs), como povos indígenas, quilombolas e campesinos. No Censo Escolar, desde 2019, há a informação se as escolas possuem tais conteúdos. Desde o início da série histórica, os materiais pedagógicos que tratam das relações étnico-raciais são os que estão mais presentes nas escolas, bem como foram os que mais cresceram, em pontos percentuais, até o ano de 2022, como mostra o Gráfico 51. Ainda assim, eles estão presentes em somente um quarto das escolas no RS.

Gráfico 51

Presença de materiais pedagógicos sobre diversidade cultural no Rio Grande do Sul — 2019-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2023a).

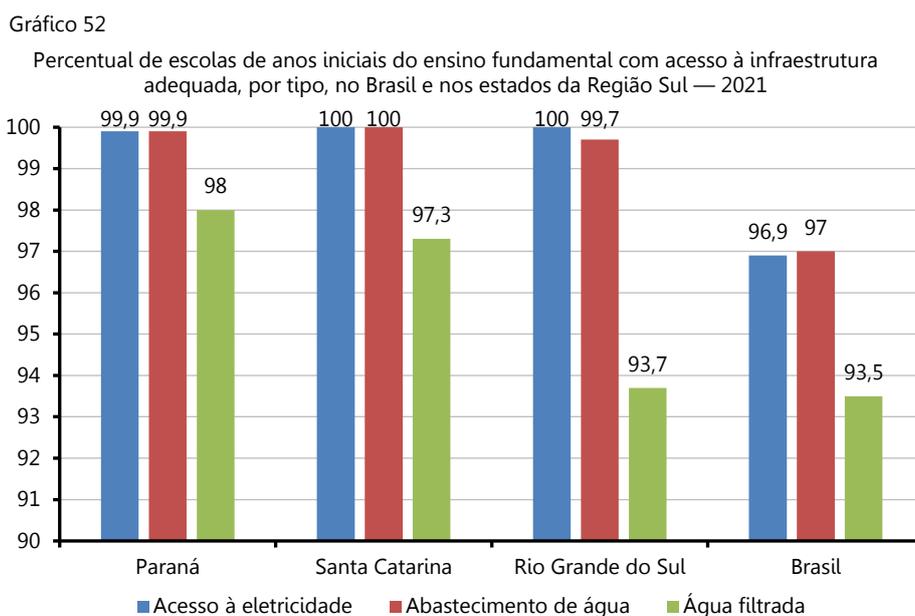
META 4.A - CONSTRUIR E MELHORAR INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA EDUCAÇÃO, APROPRIADAS PARA CRIANÇAS E SENSÍVEIS ÀS DEFICIÊNCIAS E AO GÊNERO, E QUE PROPORCIONEM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM SEGUROS E NÃO VIOLENTOS, INCLUSIVOS E EFICAZES PARA TODOS

Adaptação da meta 4.a para o Brasil

Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

A meta 4.a foi alterada pelo IPEA conforme o quadro acima. Para avaliá-la, utilizam-se dados referentes ao acesso à água encanada, à água filtrada, à eletricidade e adaptação de espaços às pessoas com deficiência nas escolas, por etapa de ensino.

No que diz respeito à infraestrutura das escolas de anos iniciais do ensino fundamental, no Gráfico 52, aponta-se que todas as escolas gaúchas possuem acesso à eletricidade. O acesso à água está praticamente universalizado, presente em 99,7% das escolas dessa etapa. Já o acesso à água filtrada, ainda que difundido em 93,7% das escolas, é o menor dos estados da Região Sul.

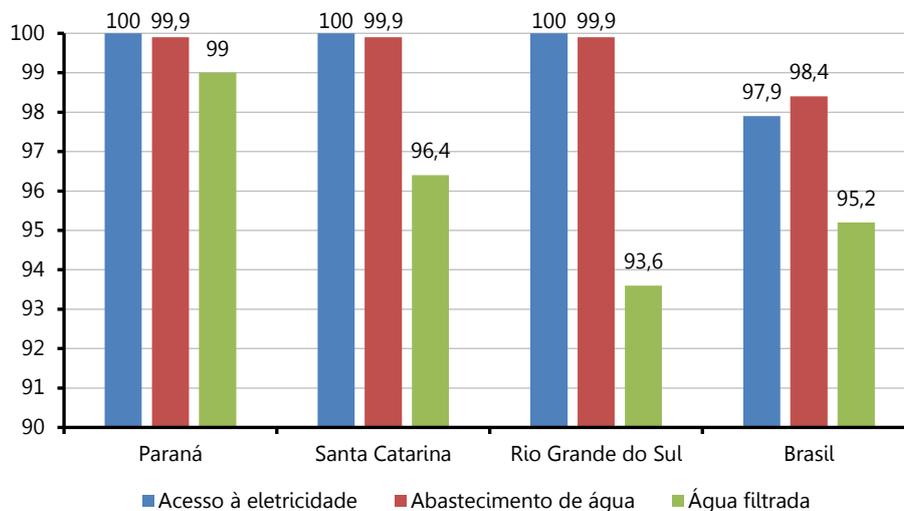


Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

A partir das informações do Gráfico 53, percebe-se que todas as escolas de anos finais do ensino fundamental, nos estados da Região Sul, possuem acesso à eletricidade. Novamente, no abastecimento de água, os três estados apresentam o mesmo percentual da rede atendida, 99,9%. Por fim, 93,6% das escolas com turmas de anos finais de ensino fundamental possuem acesso à água filtrada no Rio Grande do Sul. Embora seja um percentual elevado, é mais baixo que o dos demais estados da Região Sul e o da média nacional.

Gráfico 53

Percentual de escolas de anos finais do ensino fundamental com acesso à infraestrutura adequada, por tipo, no Brasil e nos estados da Região Sul — 2021

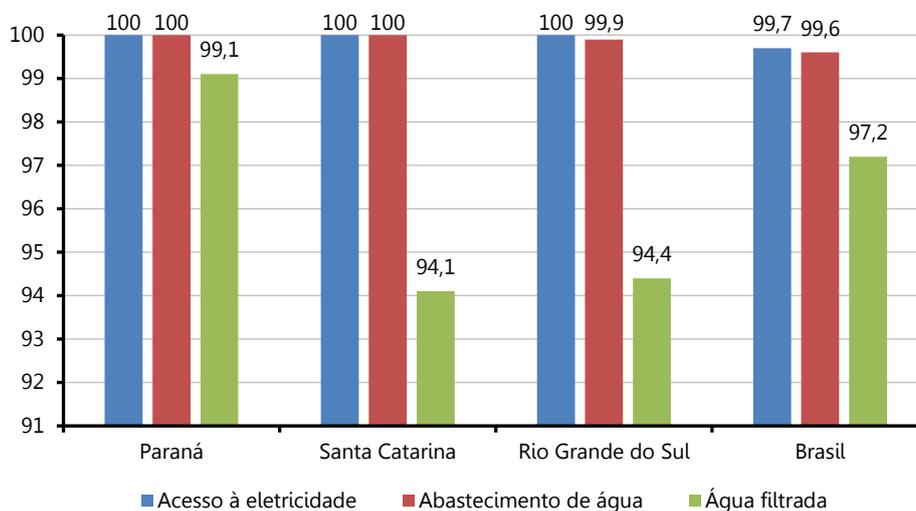


Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

No Gráfico 54, apresentam-se informações sobre a infraestrutura das escolas de ensino médio. Pode-se ver que o acesso à eletricidade está universalizado nos estados da Região Sul. E pode se dizer o mesmo do abastecimento de água, ainda que o Rio Grande do Sul esteja com 99,9% das escolas atendidas. Sobre a garantia de água filtrada, o RS tem 94,4% das escolas de ensino médio atendidas, ficando em segundo lugar entre os estados da Região Sul.

Gráfico 54

Percentual de escolas de ensino médio com acesso à infraestrutura adequada, por tipo, no Brasil e nos estados da Região Sul — 2021

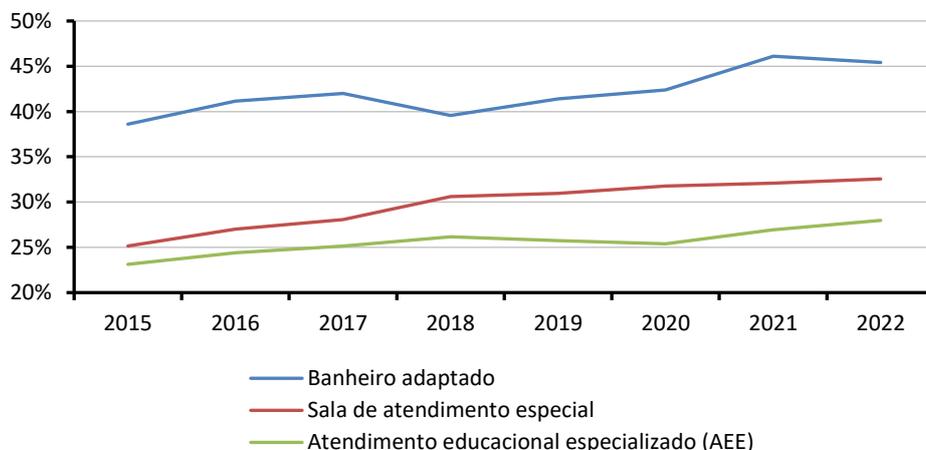


Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

No Gráfico 55, mostra-se a evolução dos percentuais de escolas, desde 2015, que possuem banheiros adaptados ao uso de pessoas com deficiência, salas de atendimento especializado e as que oferecem atendimento educacional especializado. Ao longo do período considerado, 2015 a 2022, as escolas que contam com banheiros adaptados cresceram de 39% para 45%; as que possuem salas de atendimento especial aumentaram de 25% para 33%; e as que fazem AEE foram de 23% para 28%.

Gráfico 55

Percentual de escolas que possuem banheiro adaptado, sala de atendimento especial e atendimento educacional especializado (AEE) no Rio Grande do Sul — 2015-22

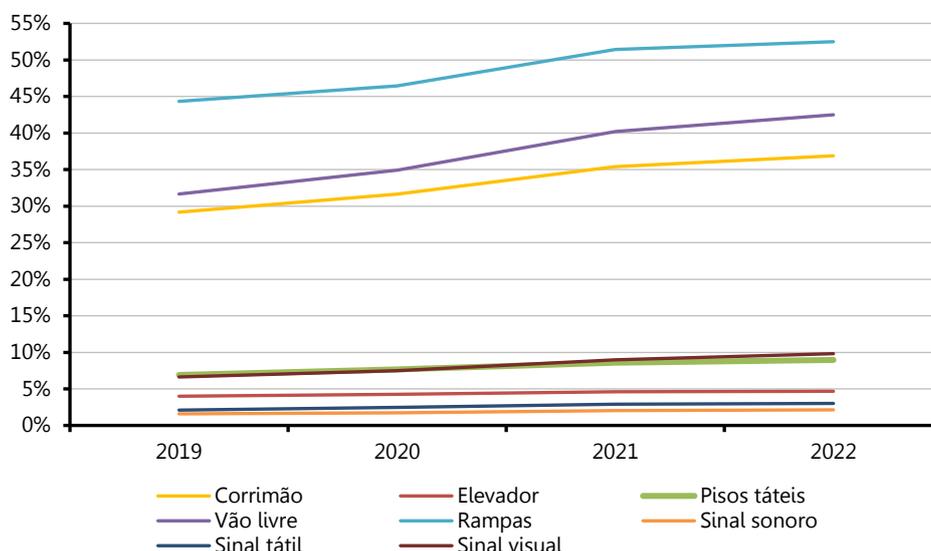


Fonte dos dados brutos: INEP (2023a).

No Gráfico 56, apresenta-se o percentual de escolas que, desde 2019, contam com outras infraestruturas de acessibilidade em suas dependências. Os elementos que tiveram maiores aumentos foram corrimão (de 29% para 37%), vão livre (de 32% para 42%) e rampas (de 44% para 52%). Os percentuais de escolas com elevador, pisos táteis, sinais táteis e visuais tiveram crescimento bem menor, de até 3 p.p., enquanto o percentual de escolas com sinal sonoro permanece o mesmo desde o começo da série histórica.

Gráfico 56

Percentual das escolas que possuem infraestruturas de acessibilidade, por tipo, no Rio Grande do Sul — 2019-22

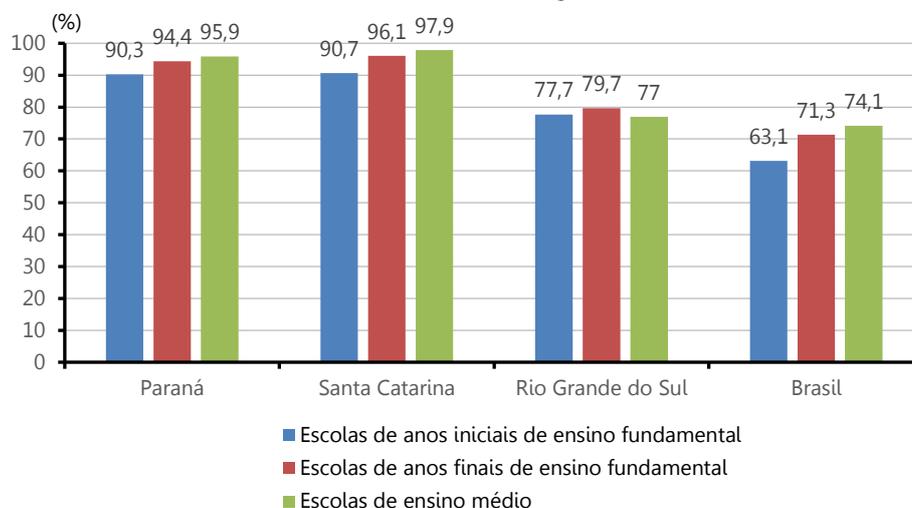


Fonte dos dados brutos: INEP (2023a).

No Gráfico 57, apresenta-se o indicador de escolas adaptadas em 2021, com infraestrutura adequada para garantir a acessibilidade dos alunos com deficiência, que engloba os seguintes elementos: eletricidade; *internet* para fins pedagógicos; computadores para fins pedagógicos; infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; água potável; instalações sanitárias separadas por sexo; e instalações básicas para lavagem das mãos. Ao se analisar o gráfico, percebe-se que o Rio Grande do Sul possuía uma proporção de adaptação da infraestrutura para alunos com deficiência superior à média nacional e inferior à dos demais estados da Região Sul, com taxas que variavam entre 77% e 79,7%. Já a proporção de infraestrutura adaptada dos demais estados da Região Sul estava em, no mínimo, 90%.

Gráfico 57

Proporção de escolas com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência, por nível de ensino, no Brasil e nos estados da Região Sul — 2021

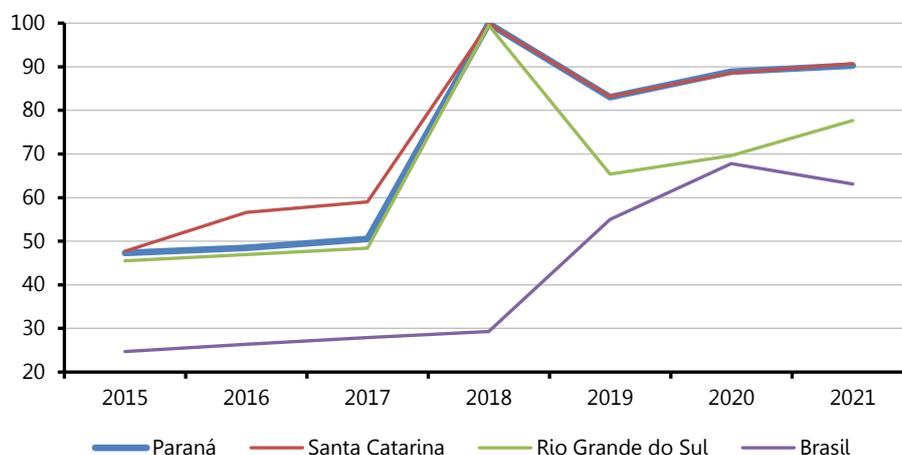


Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

Ao avaliar o Gráfico 58, percebe-se que todos os estados da Região Sul começaram a série histórica com uma baixa taxa de infraestrutura escolar adaptada para pessoas com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental. Embora esse quadro tenha melhorado ao longo dos anos, o Rio Grande do Sul tem o menor percentual de escolas com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência, em relação aos demais estados da Região Sul.

Gráfico 58

Percentual de escolas de anos iniciais de ensino fundamental com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-21

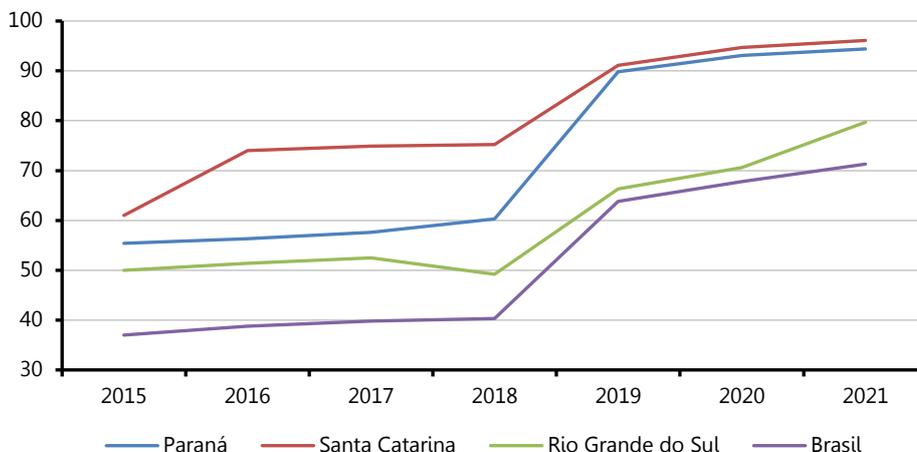


Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

Ao analisar-se a série histórica de infraestrutura adaptada para alunos com deficiência nos anos finais do ensino fundamental, representada no Gráfico 59, percebe-se, em 2015, um baixo percentual de escolas adaptadas em todos os estados da Região Sul e no total nacional. Ao longo dos anos, aumentou o percentual de escolas adaptadas, principalmente em 2019, quando Paraná e Santa Catarina, respectivamente, atingiram 94,4% e 96,1% de escolas de anos finais do ensino fundamental com infraestrutura adaptada para deficientes. Por fim, apesar do crescimento de escolas adaptadas nessa etapa de ensino, o Rio Grande do Sul manteve-se com um percentual abaixo dos demais estados da Região ao longo da série histórica.

Gráfico 59

Percentual de escolas de anos finais de ensino fundamental com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-21

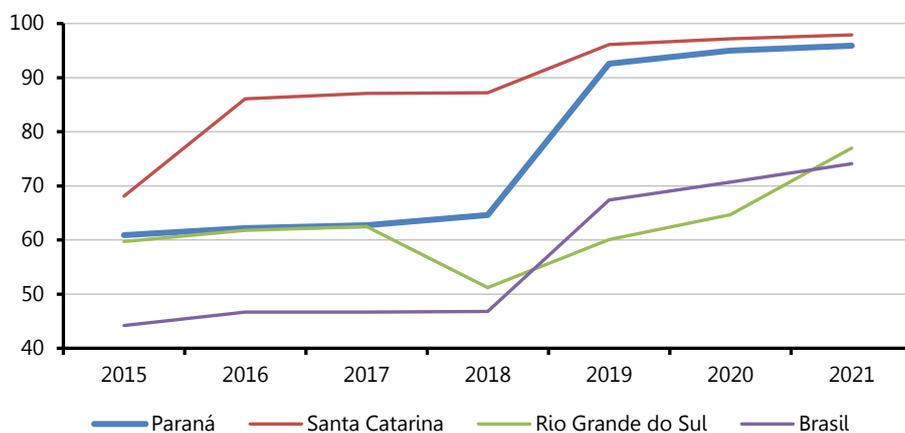


Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

No que diz respeito à infraestrutura adaptada para alunos com deficiência nas escolas de ensino médio, o Rio Grande do Sul começou a série histórica com 60% das escolas adaptadas. Durante o período, o Estado apresentou um crescimento gradual de escolas de ensino médio adaptadas, exceto em 2018. Por sua vez, Paraná e Santa Catarina atingiram, em 2019, a marca de mais de 90% de escolas de ensino médio com infraestrutura adaptada. Em 2019 e 2020, o percentual de escolas de ensino médio com infraestrutura adaptada do Brasil ultrapassou o do RS, que, em 2021, cresceu consideravelmente (13 p.p.) e ultrapassou o percentual nacional (Gráfico 60).

Gráfico 60

Percentual de escolas de ensino médio com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência no Brasil e nos estados da Região Sul — 2015-21



Fonte dos dados brutos: IBGE (2022j).

META 4.B - ATÉ 2020, SUBSTANCIALMENTE AMPLIAR GLOBALMENTE O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, EM PARTICULAR OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS, PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO E OS PAÍSES AFRICANOS, PARA O ENSINO SUPERIOR, INCLUINDO PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, TÉCNICOS, DE ENGENHARIA E PROGRAMAS CIENTÍFICOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS E OUTROS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Adaptação da meta 4.b para o Brasil

Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.

O IPEA fez a alteração do texto da ONU conforme consta no quadro acima. No entanto, não há indicadores relacionados à essa meta.

META 4.C - ATÉ 2030, SUBSTANCIALMENTE AUMENTAR O CONTINGENTE DE PROFESSORES QUALIFICADOS, INCLUSIVE POR MEIO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, ESPECIALMENTE OS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

Adaptação da meta 4.c para o Brasil

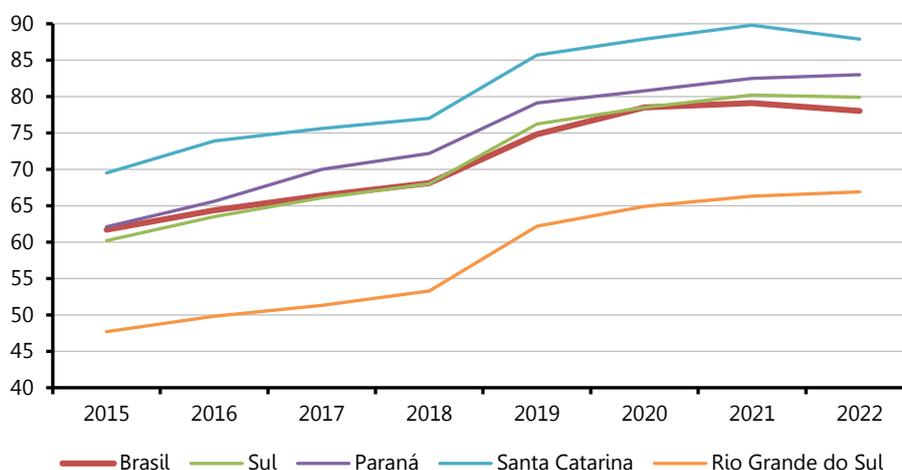
Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

Para se adequar à realidade brasileira, o IPEA adaptou a meta 4.c conforme o quadro acima. A legislação brasileira estabelece a formação mínima para os professores da educação básica, e, no PNE 2014-24, consta como meta a instauração de um regime de colaboração entre as diferentes esferas de governo, para a oferta de cursos de nível superior para os professores. Desse modo, utiliza-se, aqui, o percentual de professores com diploma de ensino superior, como considera o IPEA.

No Gráfico 61, apresenta-se o percentual de professores em creches com diploma de curso superior no Brasil, na Região Sul e em seus estados, de 2015 a 2022. Como se vê, o Rio Grande do Sul, em todos os anos, apresentou os menores percentuais da série histórica, aumentado de 48% para 67% ao longo do período considerado, o que coloca o Estado abaixo do percentual nacional em 2022, de 78%.

Gráfico 61

Percentual de professores de creches com ensino superior no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22

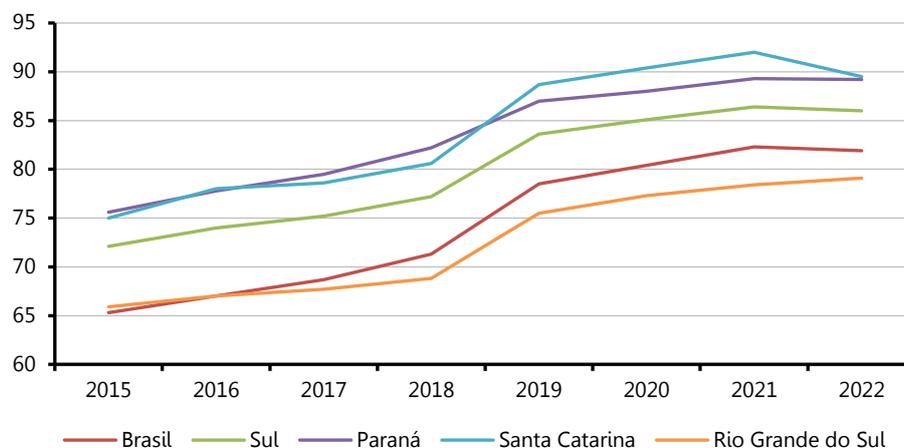


Fonte dos dados brutos: INEP (2022i).

O cenário repete-se no percentual de professores de pré-escola com formação superior. Novamente, o Rio Grande do Sul teve os menores percentuais e, no último ano considerado, atingiu valor menor que o percentual nacional, 79% e 82%, respectivamente, como demonstra o Gráfico 62.

Gráfico 62

Percentual de professores de pré-escolas com ensino superior no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22

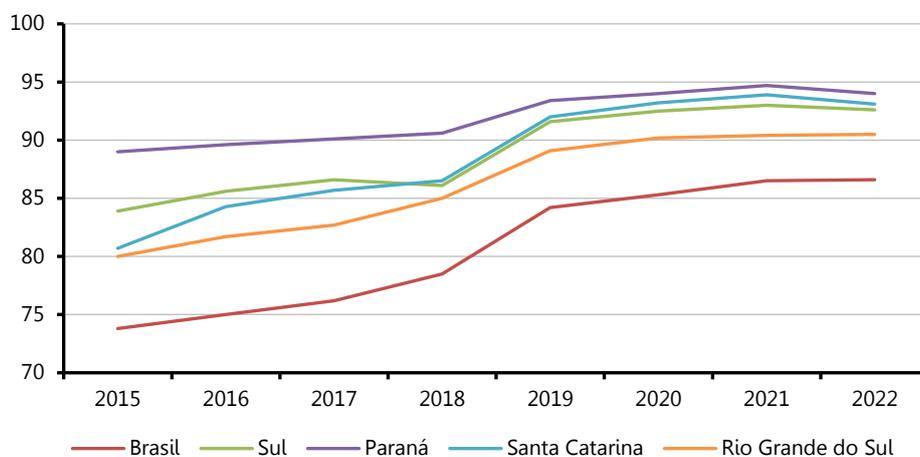


Fonte dos dados brutos: INEP (2022i).

A respeito dos anos iniciais do ensino fundamental, o percentual de professores com ensino superior no Rio Grande do Sul, ao longo da série histórica, foi maior que os percentuais nacionais, embora tenha mantido, assim como no ensino infantil, os menores percentuais da Região Sul. De 2015 a 2022, esse indicador, no RS, aumentou mais de 10 p.p., como exibido no Gráfico 63.

Gráfico 63

Percentual de professores de anos iniciais do ensino fundamental com ensino superior no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22

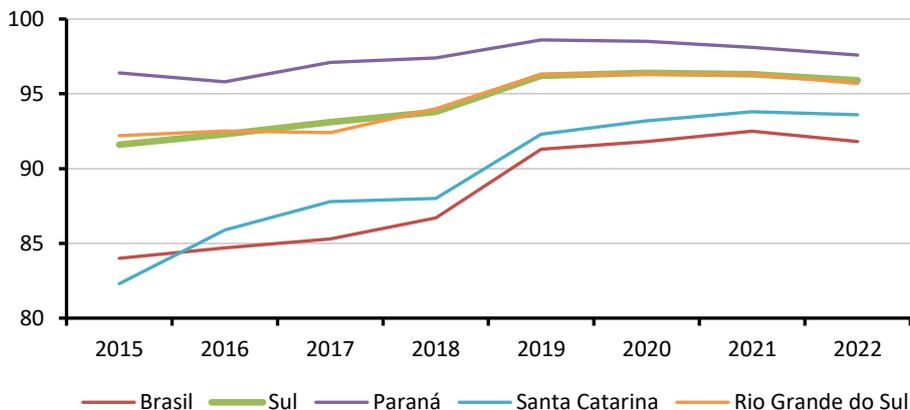


Fonte dos dados brutos: INEP (2022i).

No Gráfico 64, pode-se perceber que, nos anos finais do ensino fundamental, o RS continuou com maiores percentuais que o Brasil, e, além disso, nesse quesito, ultrapassou os percentuais da Região Sul e de Santa Catarina, chegando aos 96% de professores com ensino superior em 2022.

Gráfico 64

Percentual de professores de anos finais do ensino fundamental com ensino superior no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22

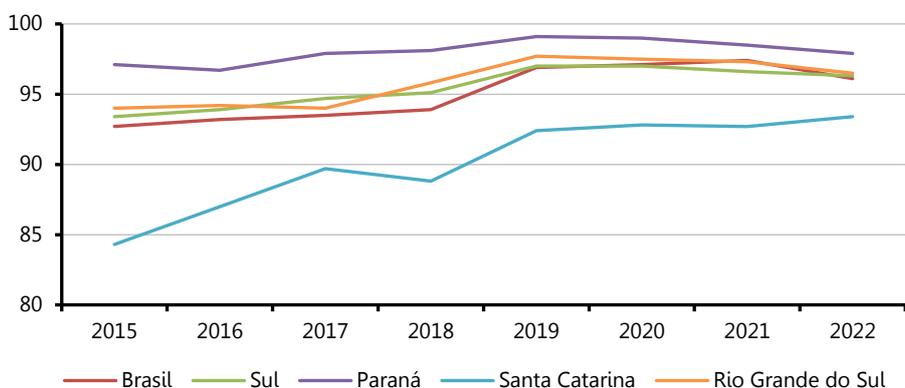


Fonte dos dados brutos: INEP (2022).

No ensino médio, novamente o Rio Grande do Sul teve percentuais maiores que os do Brasil, da Região Sul e de Santa Catarina. No entanto, nos últimos três anos da análise — 2020, 2021 e 2022 —, houve decréscimo no percentual de professores do ensino médio com diploma de ensino superior no estado gaúcho, fenômeno que também ocorreu nos outros territórios aqui observados, com exceção de Santa Catarina (Gráfico 65).

Gráfico 65

Percentual de professores de ensino médio com ensino superior no Brasil, na Região Sul e em seus estados — 2015-22



Fonte dos dados brutos: INEP (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora algumas metas do ODS 4 não tenham indicadores adequados para que possa ser avaliado se elas estão sendo cumpridas ou não no Brasil e em seus estados, mesmo tendo passado por um processo de adaptação para a realidade e a legislação brasileiras, como fez o IPEA, elas podem servir como mais uma forma de mensurar como a educação tem-se desenvolvido nesses territórios.

Nesse sentido, é importante considerar que os números isolados do Rio Grande do Sul podem não dar pistas a respeito da implementação das políticas de educação no território gaúcho, sobretudo quando se trabalha somente com dados estatísticos. Por conta disso, decidiu-se fazer a comparação de séries históricas de indicadores do próprio Rio Grande do Sul, assim como o cotejo de alguns dados do Estado com os do Brasil e os dos demais estados da Região Sul, tanto pela proximidade geográfica quanto pelas semelhanças culturais e demográficas. Embora nem sempre os dados dos três estados sejam semelhantes, de forma geral, eles se aproximam muito mais entre si do que com o total nacional.

A versão anterior deste relatório, publicada em novembro de 2020, não contou com dados relativos ao ano de 2020, o primeiro em que se enfrentou a pandemia de COVID-19, que levou as escolas de todo o Brasil, por meses, a paralisarem as atividades presenciais e implantarem sistemas de ensino remoto, em que os alunos e as escolas dependeram da utilização de equipamentos tecnológicos, muitas vezes não disponíveis para os alunos em suas casas, o que poderia ser associado a pioras em alguns indicadores: aumento das taxas de abandono; decréscimo nas médias das notas das provas do SAEB 2021; diminuição do número absoluto de matrículas na educação infantil (creche e pré-escola). Embora alguns desses indicadores já tenham apresentado alguma melhora no ano de 2022, a educação brasileira ainda sente os efeitos nocivos da pandemia no desempenho dos alunos nos testes.

REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, A. C.; MENEZES, D. B.; OLIVEIRA, L. L. S. de; AGRANONIK, M.; OLIVEIRA JUNIOR, R. C. G.; CAMPELO, R. G.; GRASSI, A. C. S.; SILVA, H. S.; ANJOS, G. **Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul**. 2021. (Relatório Técnico). Disponível em <https://dee.rs.gov.br/relatorios>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Desigualdades e impactos da COVID-19 na atenção à primeira infância**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/20221/file/desigualdades-e-impactos-da-covid-19-na-atencao-a-primeira-infancia.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 5919 - População, por nível de instrução. [Brasília, DF]: IBGE, [2022a]. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5919>. Acesso em: 19 jan. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça. [Brasília, DF]: IBGE, [2022b] Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>. Acesso em: 03 ago. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7111 - Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por sexo e grupo de idade. [Brasília, DF]: IBGE, [2022c]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7111>. Acesso em: 14 jul. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7125 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupo de idade. [Brasília, DF]: IBGE, [2022d]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7125>. Acesso em: 14 jul. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7126 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e grupo de idade. [Brasília, DF]: IBGE, [2022e]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126>. Acesso em: 14 jul. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7127 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por cor ou raça e grupo de idade. [Brasília, DF]: IBGE, [2022f]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7127>. Acesso em: 14 jul. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7128 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução. [Brasília, DF]: IBGE, [2022g]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7128>. Acesso em: 14 jul. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7138 - Taxa de escolarização, por sexo e grupo de idade. [Brasília, DF]: IBGE, [2022h]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7138>. Acesso em: 14 jul. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7139 - Taxa de escolarização, por cor ou raça e grupo de idade. [Brasília, DF]: IBGE, [2022i]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7139>. Acesso em: 14 jul. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7330 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram Internet nos últimos três meses, por nível de instrução. [Brasília, DF]: IBGE, [2021]. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7330>. Acesso em: 19 jan. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 7783 - Indicador 4.a.1 - Proporção de escolas dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, do ensino médio, por infraestrutura das escolas. [Brasília, DF]: IBGE, [2022j]. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7783>. Acesso em: 16 jan. 2023.

INEP. **Microdados do Censo da Educação Superior 2021**. [Brasília, DF]: INEP, [2022a]. Disponível em: www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior. Publicado em 15 de março de 2022. Acesso em: 03 ago. 2023.

INEP. **Microdados do Censo Escolar 2022**. [Brasília, DF]: INEP, [2023a]. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/centso-escolar>. Publicado em 08 de março de 2023. Acesso em: 03 maio 2023.

INEP. **Percentual de docentes com ensino superior**. [Brasília, DF]: INEP, [2023b]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/percentual-de-docentes-com-curso-superior>. Acesso em: 24 fev. 2023.

INEP. **Resultados do IDEB**. [Brasília, DF]: INEP, [2022b]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 3 jan. 2023.

INEP. **Resultados do SAEB**. [Brasília, DF]: INEP, [2022c]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 3 jan. 2023.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Educação Profissional. [Brasília, DF]: INEP, [2022d]. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 02 maio 2023.

INEP. **Sinopse Estatística do Ensino Superior 2021**. [Brasília, DF]: INEP, [2022e]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 02 maio 2023.

INEP. Sistema Eletrônico de Informação (SEI). **Nota Informativa dos resultados do SAEB 2021** — versão retificada. [Brasília, DF]: INEP, [2022f]. Disponível em: https://download.inep.gov.br/saeb/outros_documentos/nota_explicativa_saeb_2021.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

INEP. **Taxas de distorção idade-série**. [Brasília, DF]: INEP, [2022g]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>. Acesso em: 09 jun. 2023.

INEP. **Taxas de rendimento**. [Brasília, DF]: INEP, [2022h]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>. Acesso em: 09 jun. 2023.

INEP. **Adequação da Formação Docente**. [Brasília, DF]: INEP, [2022i]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>. Acesso em: 09 jun. 2023.

LIMA, A.F.R.; LIMA, H.K.B.; SACHSIDA, A. **Avaliando o Impacto do Programa Banda Larga nas Escolas Sobre a Qualidade Educacional**. Texto Para Discussão 2413, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2018.

MARQUES, C. R. **Programa de atendimento em Altas Habilidades/Superdotação no Brasil**. 2016, 204f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos.

NEESP. **Política Pública de Educação Especial**. Fundação Catarinense de Educação Especial, Núcleo de Educação Especial (NEESP), Florianópolis, 2018.

OLIVEIRA, L. L. S. **Altas Habilidades e Superdotação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística, 2021. (Textos para Discussão, n. 4). Disponível em: 31164702-texto-para-discussao-n-4.pdf (dee.rs.gov.br). Acesso em: 27 jul. 2023.

THE ECONOMIST. **Connecting learners: Narrowing the Educational Divide The Benefits from, and Barriers to, Improved School Connectivity and Access to Digital Learning**. Intelligence Unit, 2021. Disponível em: <https://connectinglearners.economist.com/connecting-learners/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

WESCHLER, S. M.; FLEITH, D. de S. The scenario of gifted education in Brazil. **Cogent Education**, Abingdon Oxfordshire, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2331186X.2017.1332812>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ONU. **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF: ONU, [2015a]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil: 4 Educação de Qualidade**. Brasília, DF: ONU, [2015b]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 20 jan. 2023.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

dee.rs.gov.br